

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Atos do Prefeito

LEI Nº 3366 DE 23 DE JULHO DE 2018

Inclui o inciso X ao artigo 6º da Lei nº 2.597, de 30 de setembro de 2008.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Inclui o inciso X ao art. 6º da Lei nº 2.597, de 30 de setembro de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º (...)

(...)

X – os imóveis explorados por meio de concessão de obra pública, regida pela Lei nº 1.639, de 09 de fevereiro de 1998.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 23 de Julho de 2018.

Rodrigo Neves – Prefeito

(Projeto de Lei Nº. 016/2018 - Autor: Mensagem Executiva Nº 10/2018)

LEI Nº 3367 DE 23 DE JULHO DE 2018

Inclui a Festa de Reveillon da praia de Itaipu no Calendário Oficial da Cidade de Niterói.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Niterói, a " Festa de Reveillon da Praia de Itaipu", com queima de fogos, a ser comemorado anualmente no dia 31 de Dezembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 23 de Julho de 2018.

Rodrigo Neves – Prefeito

(Projeto De Lei Nº. 041/2018 - Autor: Carlos Macedo)

LEI Nº 3368 DE 23 DE JULHO DE 2018

Regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários do Município, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária municipal e outros processos que especifica sobre matérias administradas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º O processo de determinação e exigência de créditos tributários, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária municipal e outros processos administrativos relativos às matérias de competência da Secretaria Municipal de Fazenda - SMF serão regidos conforme o disposto nesta Lei.

TÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I

DOS ATOS E DOS TERMOS PROCESSUAIS

Seção I

Dos Postulantes

Art. 2º O sujeito passivo da obrigação tributária, principal ou acessória, poderá postular pessoalmente ou representado por terceiros, mediante procuração com poderes específicos e firma reconhecida.

Parágrafo único. Será admitida a apresentação de cópia da procuração devidamente autenticada, ou cópia acompanhada do original, para que seja autenticada pelo servidor que a receber.

Art. 3º A sociedade de fato, o condomínio, o espólio, a massa falida e qualquer outro conjunto de pessoas, coisas ou bens sem personalidade jurídica serão representados, para efeitos desta Lei, por quem estiver na direção de suas atividades ou na administração de seus bens na data da prática do ato processual.

Art. 4º As pessoas jurídicas representantes de classes, moradores, categorias econômicas ou profissionais poderão postular nos casos em que buscarem orientação para assuntos de interesse de seus representados, ressalvadas as hipóteses de sigilo fiscal previstas na legislação.

Seção II

Das Petições

Art. 5º As petições deverão ser dirigidas à autoridade ou ao órgão competente para praticar o ato e apreciar a matéria.

Parágrafo único. O erro na indicação da autoridade ou do órgão competente não prejudicará o recebimento e o encaminhamento da petição.

Art. 6º As petições e requerimentos em geral deverão conter:

I - nome do requerente, endereço, qualificação, número do CPF ou CNPJ e número da inscrição no Cadastro do Município, quando for o caso;

II - a pretensão e seus fundamentos, expostos com clareza e precisão;

III - os meios de prova com os quais o interessado pretende demonstrar a procedência de suas alegações;

IV - indicação, após a assinatura, do nome completo do signatário, do número e do órgão expedidor de sua carteira de identidade;

V - endereço para recebimento de comunicações, intimações e notificações;

VI - telefone e endereço eletrônico;

VII – cópia do contrato social com a última alteração ou dos atos constitutivos, no caso de pessoa jurídica;

VIII – cópia do cartão do CNPJ, no caso de pessoa jurídica;

IX – cópia dos documentos pessoais de identificação (CPF e RG) da pessoa física ou do sócio administrador ou do diretor, no caso de pessoa jurídica;

Parágrafo único. A petição que versar sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, contribuições ou demais tributos cujo sujeito passivo seja caracterizado em função de direito real sobre determinado imóvel deverá indicar o número da inscrição imobiliária e o endereço do imóvel.

Art. 7º Qualquer alteração em dados constantes do artigo anterior deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, ao órgão por onde estiver tramitando o processo.

Art. 8º Na petição que tiver por finalidade a impugnação de valor exigido, o requerente, sempre que possível, deverá declarar o valor que reputar correto.

Art. 9º Os documentos poderão ser apresentados por cópia reprográfica permanente, exigível a conferência com o original no ato do recebimento ou a qualquer tempo, sendo vedada a utilização de papel térmico ou de qualquer outro tipo que permita que a impressão se apague com o tempo.

Art. 10. Poderá ser apresentada cópia da petição para que seja devolvida autenticada e datada no ato ao requerente como recibo de entrega.

Art. 11. A petição será indeferida de plano se manifestamente inepta ou quando a parte for ilegítima, vedado a qualquer servidor recusar o seu recebimento.

§1º A petição será considerada manifestamente inepta quando:

I – não houver pedido ou causa de pedir;

II – a conclusão não decorrer logicamente da narração dos fatos;

III – o pedido for juridicamente impossível;

IV – cumular pedidos incompatíveis entre si; ou

V – apenas demonstrar inconformismo em relação ao ato ou decisão, sem atacar os fundamentos que se pretende contestar.

§ 2º Constatado que a petição não preenche os requisitos deste artigo, a autoridade competente para o julgamento ou para a instrução determinará ao requerente o suprimento

da falta, concedendo-se, para tanto, prazo não inferior a 3 (três) dias nem superior a 10 (dez) dias, a contar da correspondente comunicação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.

Art. 12. Será vedado reunir na mesma petição matérias referentes a tributos diversos, bem como impugnações ou recursos relativos a diferentes lançamentos, autuações, decisões, imóveis ou sujeitos passivos.

§1º Serão excluídas da vedação prevista no caput as matérias referentes a tributos diversos que possam ser cobrados em conjunto.

§2º A critério dos titulares dos órgãos lançadores ou julgadores, poderão ser autuados ou reunidos em um único processo as impugnações ou os recursos relativos a mais de um lançamento do mesmo tributo, em que seja parte um mesmo sujeito passivo e desde que os fundamentos de fato e de direito dos pedidos sejam idênticos para todos os lançamentos questionados.

§3º Adotado o procedimento previsto no § 2º, deverá constar no processo quadro informativo contendo a identificação pormenorizada dos pedidos formulados, assim como os respectivos resultados produzidos no julgamento do litígio para cada lançamento questionado.

§4º A critério do titular do órgão que administra o tributo, será aplicado o disposto no § 2º aos requerimentos em geral, desde que haja um único sujeito passivo e que os fundamentos de fato e de direito dos pedidos sejam semelhantes.

Seção III

Da Forma

Art. 13. Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma própria, conterão somente o indispensável à sua finalidade e serão lavrados sem espaços em branco, não devendo conter entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Parágrafo único. Os atos e termos processuais a que se refere o caput poderão ser encaminhados de forma eletrônica ou apresentados em meio magnético ou equivalente, conforme disciplinado na legislação tributária municipal.

Art. 14. O termo decorrente de atividade fiscalizadora será lavrado em livro fiscal, sempre que possível, extraindo-se cópia para anexação ao processo.

Parágrafo único. Na hipótese em que não for lavrado em livro fiscal, o termo será lavrado em duas vias, sendo uma anexada ao processo de ação fiscal e a outra entregue ao sujeito passivo sob fiscalização ou ao seu preposto.

Art. 15. O processo será iniciado de ofício ou a requerimento da parte interessada e organizado em ordem cronológica, com suas folhas numeradas e rubricadas.

Art. 16. O preparo do procedimento compete ao órgão incumbido de administrar o tributo sobre o qual versar.

Parágrafo único. O órgão incumbido de administrar o tributo poderá delegar o preparo do procedimento ao órgão geral constituído com esta finalidade.

Seção IV

Da Prática dos Atos

Subseção I

Do Local

Art. 17. Com exceção dos casos expressamente previstos nesta lei, os atos processuais serão lavrados sem restrição de local, sendo perfeitamente admissíveis os expedientes praticados mediante processamento eletrônico.

Subseção II

Dos Prazos

Art. 18. Os prazos serão contínuos, em dias corridos, com início e vencimento em dia de expediente normal da Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. Na contagem dos prazos, será excluído o dia de início e incluído o de vencimento.

Art. 19. Salvo disposição legal específica, o prazo para a prática dos atos a cargo do interessado será de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação ou da ciência da exigência.

Art. 20. Poderá a autoridade administrativa, de forma fundamentada e a requerimento do interessado, conceder prorrogação do prazo definido no art.19 apenas uma vez e por igual período se o interessado provar que não praticou o ato por justa causa.

§1º Será considerada como justa causa o evento alheio à vontade do interessado e que o impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§2º Não será aplicado o disposto no caput aos prazos fixados para o pagamento do crédito tributário.

§3º A solicitação da prorrogação deverá ocorrer dentro do prazo fixado para a prática do ato.

§4º A prorrogação terá início no dia seguinte à data do término do prazo anterior.

§5º O pedido de prorrogação de prazo será decidido pela autoridade responsável por exigir ou analisar de plano o ato a cargo do interessado.

§6º Será considerado como tacitamente prorrogado o prazo quando a decisão referida no § 4º não for proferida no prazo de 5 (cinco) dias a contar do efetivo recebimento da petição.

Art. 21. Os prazos serão contados:

I - para servidores e autoridades, desde o efetivo recebimento do expediente ou, estando este em seu poder, da data em que se houver concluído o ato processual anterior ou expirado o prazo para a prática de ato a cargo do interessado;

II - para o sujeito passivo tributário, desde a ciência da exigência.

Art. 22. Estará sujeito à perempção o direito reclamado nos processos ou procedimentos iniciados por requerimento do sujeito passivo se este, no prazo fixado na legislação tributária municipal, não cumprir exigência que lhe tenha sido formulada.

Parágrafo único. Sempre que possível, a autoridade competente afastará a perempção referida no caput e apreciará o mérito da petição do sujeito passivo com base nas informações disponíveis nos autos e em outras que venha a apurar.

Seção V

Da Comunicação dos Atos

Subseção I

Dos Meios

Art. 23. A comunicação dos atos será efetuada por meio de intimação, notificação ou aviso.

§ 1º A intimação será utilizada para comunicar ao sujeito passivo de uma obrigação de fazer ou de não fazer em razão do poder de polícia da fiscalização.

§ 2º A notificação será utilizada para comunicar ao sujeito passivo quaisquer atos ou fatos que reconheçam, instituem, modifiquem, restrinjam ou extingam seus direitos subjetivos ou que impliquem lançamento de créditos tributários de sua responsabilidade.

§3º O aviso será utilizado para comunicação de qualquer ato ou fato de interesse da Administração que não esteja compreendido nas previsões dos parágrafos anteriores.

Art. 24. A comunicação será feita:

I – pessoalmente e será comprovada com a assinatura do sujeito passivo, do seu mandatário ou do seu preposto;

II – por via postal com aviso de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;

III - por envio para domicílio tributário eletrônico do sujeito passivo;

IV - por edital, quando resultar improficuo um dos meios previstos nos incisos I a III do caput, quando o sujeito passivo estiver com sua inscrição suspensa no cadastro fiscal, ou nos casos de aviso geral, publicado:

Art. 1 na página da Secretaria Municipal de Fazenda na internet;

b) em dependência franqueada ao público nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda;

c) uma única vez, no veículo de comunicação oficial do Município;

§ 1º O responsável pela comunicação deverá efetuá-la inicialmente mediante apenas uma das formas previstas nos incisos de I a III deste artigo à sua escolha, sem ordem de preferência, observado o disposto no inciso IV deste artigo.

§ 2º Para fins de comunicação por meio das formas previstas nos incisos II e III, serão considerados domicílios tributários do sujeito passivo:

I - o endereço de correspondência indicado na petição inicial ou em petição intercorrente constante dos autos;

II - o endereço postal fornecido à administração tributária, para fins cadastrais; e

III - o domicílio eletrônico autorizado pelo sujeito passivo.

§ 3º A recusa do sujeito passivo, do seu mandatário ou do seu preposto em assinar a intimação ou notificação na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo não invalidará a comunicação, sendo a assinatura suprida pela declaração de que o sujeito passivo recusou-se a assinar feita por escrito por servidor lotado no setor responsável pela emissão da intimação ou da notificação.

§ 4º A Secretaria Municipal de Fazenda poderá expedir atos complementares às normas previstas neste artigo.

Subseção II
Do Momento

Art. 25. Será considerada como completa a comunicação:

I - na data da ciência do destinatário, se pessoal;

II - na data do recebimento da correspondência ou, se omitida a data, 15 (quinze) dias após a expedição da comunicação, se por via postal;

III - após 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de encaminhamento da comunicação para domicílio tributário eletrônico do sujeito passivo ou quando comprovar-se, de alguma forma, o acesso do destinatário à comunicação por meio eletrônico, o que ocorrer primeiro;

IV - na data de sua publicação, se por edital.

§1º. Quando forem utilizadas mais de uma das formas previstas nos incisos I a III do art. 24, a comunicação será considerada efetivada na data que for mais antiga entre as indicadas pela sistemática prevista neste artigo.

§2º. Quando forem utilizadas uma das formas previstas nos incisos I a III em conjunto com o inciso IV do art. 24, a comunicação será considerada efetivada na data indicada pela sistemática prevista nos incisos I a III deste artigo.

Seção VI
Das Nulidades

Art. 26. Serão nulos os atos, termos e decisões lavrados por pessoa incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade de qualquer ato só prejudicará os atos posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade indicará os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§ 3º Quando puder decidir o mérito em favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará, nem mandará repetir o ato, suprimindo a nulidade.

Art. 27. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa ou quando não influírem na solução do litígio.

Art. 28. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.

CAPÍTULO II
DO EXAME DE LIVROS E DE DOCUMENTOS

Art. 29. Para o efeito da legislação tributária, não serão aplicadas quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros, arquivos, documentos e papéis de efeitos comerciais ou fiscais, dos empresários e das sociedades, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que se opere a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir os créditos tributários a eles relativos ou até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 30. Serão também passíveis de exame no mesmo prazo os documentos mantidos em arquivos magnéticos ou assemelhados que tenham relação direta ou indireta com a atividade exercida pelo sujeito passivo.

Art. 31. Os livros e documentos poderão ser examinados fora do estabelecimento do sujeito passivo, desde que lavrado termo escrito de retenção pela autoridade fiscal, em que se especifiquem a quantidade, espécie, natureza e condições dos livros e documentos retidos.

Parágrafo único. Os originais dos livros e dos documentos retidos deverão ser devolvidos, mediante recibo, salvo se constituírem prova da prática de ilícito penal ou tributário, hipótese em que permanecerão retidos, extraindo-se cópia para entrega ao interessado.

Art. 32. Caracterizada a resistência ou embaraço à fiscalização, ou ainda quando as circunstâncias ou a quantidade de documentos não permitirem a identificação e conferência de arquivos e documentos no local ou no momento em que forem encontrados, a autoridade fiscal encarregada de diligência ou fiscalização poderá promover a lacração de móveis, caixas, cofres ou depósitos onde se encontrarem tais arquivos e documentos.

Parágrafo único. O sujeito passivo e demais responsáveis serão previamente notificados para acompanharem o procedimento de rompimento do lacre e de identificação dos elementos de interesse da fiscalização.

Art. 33. O sujeito passivo usuário de sistemas de processamento de dados deverá manter documentação técnica completa e atualizada do sistema suficiente para possibilitar sua auditoria, facultada a manutenção em meio magnético, sem prejuízo da sua emissão gráfica quando solicitada.

Art. 34. As pessoas jurídicas que utilizarem sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal deverão manter os respectivos arquivos digitais e sistemas pelo prazo de 6 (seis) anos, para disponibilização à Secretaria Municipal de Fazenda, quando por esta requisitados.

§ 1º A Secretaria Municipal de Fazenda poderá estabelecer prazo inferior ao previsto no caput, que poderá ser diferenciado segundo o porte da pessoa jurídica.

§ 2º A Secretaria Municipal de Fazenda expedirá os atos necessários para estabelecer a forma e o prazo em que os arquivos digitais e sistemas deverão ser apresentados.

Art. 35. Independentemente da realização do procedimento de fiscalização, previsto no Capítulo I, do Título II, desta Lei, a autoridade administrativa poderá determinar a realização de diligências com a finalidade de instruir processo administrativo ou para apuração de informações relacionadas ao sujeito passivo.

CAPÍTULO III
DO DEVER DE PRESTAR INFORMAÇÕES

Art. 36. Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, poderão requisitar informações e esclarecimentos ao sujeito passivo ou a terceiros.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o caput não abrangerá a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

CAPÍTULO IV

DAS PROVAS

Art. 37. Serão hábeis para comprovar a verdade dos fatos todos os meios de prova admitidos em direito.

Parágrafo único. Serão inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 38. Os processos de ação fiscal e demais processos que objetivem o lançamento de crédito tributário deverão estar instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à formalização do crédito ou à comprovação do ilícito, bem como o relatório das atividades empreendidas durante o procedimento de fiscalização.

Art. 39. A escrituração mantida com observância das disposições legais fará prova a favor do sujeito passivo dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis e idôneos segundo sua natureza ou assim definidos em preceitos legais.

Parágrafo único. Será lícito à autoridade fiscal demonstrar, por todos os meios permitidos em direito, que os lançamentos registrados pela escrituração a que alude o caput não correspondem à verdade dos fatos.

Art. 40. Caberá ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução.

Art. 41. A pedido do interessado, a Administração proverá a obtenção dos documentos que mantêm arquivados ou das respectivas cópias e promoverá a sua juntada nos autos do processo.

TÍTULO II

DO PROCESSO DE DETERMINAÇÃO E EXIGÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Seção I

Das Normas Gerais

Art. 42. O procedimento de fiscalização será iniciado pela intimação do sujeito passivo para que:

I - apresente ao agente fiscal as informações e documentos por ele exigidos;

II - permita a vistoria interna em imóvel relativo ao lançamento de crédito tributário.

§ 1º O início do procedimento de fiscalização excluirá a espontaneidade do sujeito passivo intimado para o cumprimento das correspondentes obrigações tributárias.

§ 2º A intimação deverá ser cumprida:

I – em 5 (cinco) dias, a contar da ciência do sujeito passivo intimado, se os documentos ou livros requisitados consistirem em obrigações instituídas pela legislação tributária ou comercial;

II – no prazo estabelecido pelo agente fiscal intimante e informado no corpo da intimação, não superior a 30 (trinta) dias, a contar da ciência do intimado, nos casos em que a intimação requerer o cumprimento de obrigações diversas da apresentação dos documentos e livros mencionados no inciso I deste artigo.

§ 3º Os prazos fixados no parágrafo anterior poderão ser prorrogados por igual período uma só vez, a critério do agente intimante.

§ 4º O procedimento de fiscalização será formalizado por meio de processo administrativo de ação fiscal.

Art. 43. O procedimento de fiscalização deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º O prazo fixado neste artigo poderá ser prorrogado, por igual período, sucessivamente, após autorização do chefe imediato.

§ 2º A prorrogação de que trata o § 1º deverá ser cientificada ao sujeito passivo por meio de notificação entregue antes do término do prazo original.

§ 3º A prorrogação do prazo começará a contar no dia útil seguinte à data do término do prazo anterior.

§ 4º A soma do período inicial acrescido das prorrogações não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, salvo em casos excepcionais a critério do titular do órgão responsável pela fiscalização do tributo.

§ 5º O pagamento de tributo com vencimento anterior à data da intimação, feito após o início do procedimento de fiscalização, extinguirá ou reduzirá apenas o crédito tributário principal, permanecendo devida a multa fiscal, que deverá ser lançada de forma autônoma mediante auto de infração.

Seção II

Do Segundo Exame da Escrita

Art. 44. Somente será possível o segundo exame da escrita do contribuinte em relação a um mesmo exercício mediante ordem escrita e fundamentada do superior hierárquico.

CAPÍTULO II

DO LANÇAMENTO

Seção I

Da Aplicação no Tempo das Normas Procedimentais Relativas ao Lançamento

Art. 45. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades fiscais ou outorgado ao crédito tributário maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Seção II

Da Competência para Efetuar Lançamento

Art. 46. O lançamento de ofício do crédito tributário compete:

I - ao Fiscal de Tributos, quando a exigência do crédito tributário for formalizada em auto de infração; ou

II – à autoridade competente ou ao Fiscal de Tributos por ela designado, quando a exigência do crédito tributário for formalizada em notificação de lançamento.

Parágrafo único. O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária municipal e não for competente para formalizar a exigência decorrente comunicará o fato, em representação circunstanciada, a seu chefe imediato para adoção das providências necessárias.

Seção III

Da Formalização

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 47. A exigência do crédito tributário e a aplicação de penalidade isolada serão formalizadas em autos de infração ou notificações de lançamento distintos para cada tributo ou penalidade.

§ 1º Aplicam-se ao auto de infração e à notificação de lançamento os mesmos procedimentos e prazos previstos nos art. 24 e 25 desta Lei.

§2º Excluem-se da vedação prevista no caput as matérias referentes a tributos diversos que possam ser cobrados em conjunto.

Subseção II

Do Auto de Infração e da Notificação de Lançamento

Art. 48. O auto de infração deverá conter:

I - a qualificação do autuado;

II - o local, a data e a hora da lavratura;

III - a descrição pormenorizada dos fatos;

IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

V - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência; e

VI - nome, assinatura e número da matrícula do Fiscal de Tributos responsável pela autuação.

Art. 49. A notificação de lançamento deverá conter:

- I - a qualificação do notificado;
- II - a descrição dos fatos ou elementos que fundamentam o lançamento;
- III - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável, se for o caso;
- IV - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo legal, contado da data da ciência; e
- V - nome, assinatura, indicação de cargo ou função e número da matrícula da autoridade responsável pela emissão da notificação.

Parágrafo único. A notificação de lançamento emitida por processamento eletrônico conterá obrigatoriamente o nome, a identificação do cargo e a matrícula da autoridade responsável pelo lançamento.

Subseção IV
Da Alteração do Lançamento

Art.50. Será efetuado lançamento complementar nos casos:

- I - em que seja aferível, a partir da descrição dos fatos e dos demais documentos analisados, que a autoridade lançadora, no momento da formalização da exigência, apurou incorretamente algum dos elementos indispensáveis à constituição do crédito tributário ou não incluiu na determinação do crédito tributário matéria devidamente identificada;
- II - em que forem constatados fatos novos, subtraídos ao conhecimento da autoridade lançadora e relacionados aos fatos geradores objeto do lançamento, que impliquem modificação da exigência inicial.

§ 1º As hipóteses listadas nos incisos deste artigo não excluem lançamentos complementares realizados com fundamento no art. 149 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - CTN.

§ 2º O lançamento de que trata o caput terá o objetivo de:

- I – complementar o lançamento original; ou
- II - substituir, total ou parcialmente, o lançamento original nos casos em que a apuração do quantum devido, em face da legislação tributária aplicável, não puder ser efetuada sem a inclusão da matéria anteriormente lançada.

§ 3º Será concedido prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da intimação da exigência complementar, para a apresentação de impugnação apenas no concernente à matéria modificada.

§ 4º O auto de infração ou a notificação de lançamento de que trata o caput devem ser objeto do mesmo processo em que for tratado o auto de infração ou a notificação de lançamento complementados.

§ 5º O julgamento dos litígios referentes ao auto de infração ou à notificação de lançamento complementares será realizado conjuntamente com o do auto de infração ou o da notificação de lançamento complementados.

Seção IV
Das Medidas de Defesa do Crédito Tributário

Subseção I

Do Arrolamento de Bens e Direitos para Acompanhamento do Patrimônio do Sujeito Passivo

Art. 51. O arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo será procedido quando o valor dos créditos tributários do sujeito passivo for superior ao valor a ser fixado em ato do Secretário Municipal de Fazenda.

§ 1º Se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física, no arrolamento devem ser identificados, inclusive, os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com a cláusula de incomunicabilidade.

§ 2º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário dos bens e direitos arrolados, ao transferi-los, aliená-los ou onerá-los, deve comunicar o fato à Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 3º A alienação, oneração ou transferência, a qualquer título, dos bens e direitos arrolados, sem o cumprimento da formalidade prevista no § 2º, autoriza o requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo.

§ 4º O termo de arrolamento de que trata o § 2º será registrado independentemente de pagamento de custas ou emolumentos:

- I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;
- II - nos órgãos ou entidades, onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados;
- III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 5º As certidões de regularidade fiscal expedidas deverão conter informações quanto à existência de arrolamento.

§ 6º Liquidado o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento antes do seu encaminhamento para inscrição em dívida ativa do Município, a autoridade administrativa responsável pelo registro do respectivo termo comunicará o fato ao órgão em que o termo foi registrado, para que sejam anulados os efeitos do arrolamento.

§ 7º Liquidado ou garantido, nos termos da [Lei Federal nº 6.830/80](#), o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, a comunicação de que trata o § 6º será feita pela autoridade competente da Procuradoria Geral do Município.

Art. 52. O arrolamento recairá preferencialmente sobre bens e direitos suscetíveis de registro público, com prioridade aos imóveis, e em valor suficiente para cobrir o montante do crédito tributário de responsabilidade do sujeito passivo.

§ 1º O arrolamento somente poderá alcançar outros bens e direitos para fins de complementar o valor referido no caput.

§ 2º Os bens constantes do arrolamento poderão ser substituídos, mediante prévia autorização do Subsecretário competente.

Subseção II
Da Medida Cautelar Fiscal

Art. 53. A Procuradoria Geral do Município poderá instaurar procedimento cautelar fiscal após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da dívida ativa do Município.

Parágrafo único. O requerimento da medida cautelar independe da prévia constituição do crédito tributário quando o sujeito passivo:

- I – notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito tributário, colocar ou tentar colocar seus bens em nome de terceiros;
- II - alienar bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, nos casos previstos em lei.

Art. 54. Assim que tiver conhecimento das condutas relacionadas nos incisos I e II deste artigo ou discriminadas em lei especial, a autoridade responsável pela administração do tributo a que se refere o crédito tributário informará a Procuradoria Geral do Município para adoção da medida judicial tratada nesta Subseção.

Seção V
Da Representação Fiscal para Fins Penais

Art. 55. A representação fiscal para fins penais relativa à infração penal contra a ordem tributária será formalizada pelo Fiscal de Tributos que identificar indícios de ocorrência do fato típico e encaminhada ao Subsecretário competente, que enviará os autos ao Ministério Público, na forma definida em ato do Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 56. A Secretaria Municipal de Fazenda disciplinará os procedimentos necessários à execução do disposto nesta Seção.

Seção VI
Da Representação para Fins Penais

Art. 57. Além dos casos de representação previstos na Seção V, os servidores em exercício na Secretaria Municipal de Fazenda deverão comunicar a autoridade competente da respectiva área à qual estiver vinculado, sempre que identificarem indícios de infração penal.

Art. 58. A autoridade competente remeterá a representação de que trata o caput ao Subsecretário competente que a encaminhará, no prazo de 10 (dez) dias contados do seu recebimento, ao Ministério Público.

CAPÍTULO III
DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção Única
Da Cobrança Amigável

Art. 59. O pagamento ou parcelamento do crédito tributário deverá ser feito no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da comunicação ao sujeito passivo, informando-o da constituição definitiva do crédito.

§1º Terminado o prazo de que trata o caput, a dívida será objeto de cobrança amigável por até 3 (três) anos, observado o disposto no art.61.

§2º Após o período de cobrança amigável determinado no §1º sem que tenha havido pagamento ou parcelamento do crédito tributário, este será inscrito em dívida ativa pela Procuradoria Geral do Município para cobrança extrajudicial ou judicial.

§3º Relativamente aos créditos tributários cujo lançamento estiver relacionado a carnês de emissão anual que não tenham sido objeto de impugnação, o prazo de cobrança amigável previsto no caput será contado a partir do primeiro dia do ano subsequente ao do seu lançamento.

§ 4º No caso de impugnação parcial, o crédito tributário não contestado será cobrado em separado e isto será informado no processo de cobrança original.

Art. 60. Os órgãos competentes pela administração e cobrança administrativa do crédito não remeterão à Procuradoria Geral do Município os créditos tributários e não tributários com valor consolidado igual ou inferior ao valor de referência A10 constante na tabela do Anexo I da Lei nº 2.597/08.

§ 1º O valor consolidado mencionado no caput será o valor originário atualizado somado aos encargos e acréscimos legais ou contratuais vencidos até a data da apuração.

§ 2º Não se aplicará o disposto no caput quando o valor total dos créditos consolidados, tributários e não tributários, devidos pelo mesmo sujeito passivo, for maior do que o valor de referência A10 constante na tabela do Anexo I da Lei nº 2.597/08.

Art. 61. O Secretário Municipal de Fazenda expedirá normas complementares visando a implementação de programas específicos para a cobrança dos créditos não remetidos à Procuradoria Geral do Município.

Art. 62. A extinção do crédito tributário pela prescrição deverá ser reconhecida de ofício.

CAPÍTULO IV
DA FASE LITIGIOSA
Seção I
Da Impugnação

Art. 63. A petição de impugnação do lançamento do crédito tributário ou do ato administrativo que extinguiu ou modificou direito subjetivo do sujeito passivo dará início à fase litigiosa do procedimento e deverá ser formalizada por escrito, instruída com os documentos em que se fundamentar e apresentada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do lançamento ou do ato objeto da impugnação.

§1º Nos casos em que o lançamento estiver relacionado à emissão de carnê anual para o pagamento do imposto predial e territorial urbano e da taxa de coleta imobiliária de lixo, ou do imposto sobre serviços de qualquer natureza incidente sobre os profissionais autônomos, a petição de impugnação poderá ser apresentada até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano.

§ 2º A petição de impugnação apresentada fora do prazo será considerada intempestiva, não dará início à fase litigiosa do procedimento e não comportará julgamento de mérito.

§ 3º No caso de pluralidade de sujeitos passivos, identificados quando da formalização da exigência, todos deverão ser cientificados do lançamento ou do ato que extinguiu ou modificou seus direitos subjetivos, com abertura de prazo para que cada um deles possa apresentar sua própria petição de impugnação.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o prazo para impugnação é contado, para cada sujeito passivo, a partir da data em que cada um deles tiver sido cientificado do lançamento.

§5º O disposto no §3º não se aplicará às comunicações de lançamento do imposto predial e territorial urbano e da taxa de coleta imobiliária de lixo, que poderão ser feitas, no endereço de cadastro do imóvel ou naquele indicado para correspondência, para um único sujeito passivo dentre os coobrigados.

§ 6º Na hipótese de remessa da impugnação por via postal, será considerada como data de sua apresentação a da respectiva postagem constante do aviso de recebimento.

§ 7º Na impossibilidade de se obter cópia do aviso de recebimento, será considerada como data da apresentação da impugnação a constante do carimbo apostado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no envelope que contiver a remessa, quando da postagem da correspondência.

§ 8º No caso previsto no § 7º será anexado ao processo administrativo o referido envelope.

§ 9º Na hipótese do § 3º, a impugnação apresentada por um dos sujeitos passivos aproveitará aos demais quanto à matéria que for comum a todos.

Art. 64. A impugnação mencionará:

I – o seu objeto, a autoridade julgadora a quem é dirigida e o número do auto de infração ou da notificação de lançamento, se for o caso;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;

IV - as diligências ou perícias que o impugnante pretenda que sejam efetuadas, nos termos dos art. 70 a 72;

V - se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição;

§ 1º Será considerado como não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos nos art. 70 a 72, observado o disposto no art. 6º, III, desta lei.

§ 2º Será desfeito ao impugnante, ou a seu representante legal, empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao julgador, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

§ 3º O impugnante terá o ônus de provar o teor e a vigência do direito estrangeiro, estadual, ou de outro município, que alegar como fundamento de suas razões, se assim o determinar o julgador.

§ 4º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante apresentá-la em outro momento processual, a menos que:

I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de justa causa;

II – faça referência a fato ou a direito superveniente; ou

III – seja destinada a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

§ 5º A juntada de documentos depois de apresentada a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas no § 4º.

§ 6º Os documentos apresentados após proferida a decisão deverão ser anexados aos autos a fim de que possam ser apreciados pela autoridade julgadora no caso de interposição de recurso.

§ 7º Constatado que a impugnação não preenche os requisitos deste artigo, a autoridade competente para o julgamento ou para a instrução determinará ao requerente o suprimento da falta, concedendo-se, para tanto, prazo não inferior a 3 (três) dias nem superior a 10 (dez) dias, a contar da correspondente comunicação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.

Art. 65. Será considerada como não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Parágrafo único. Salvo as de ordem pública, não serão consideradas por ocasião do julgamento as matérias não impugnadas.

Art. 66. Apresentada a petição de impugnação, os autos do processo administrativo serão encaminhados à autoridade julgadora que, caso entenda necessário, solicitará ao servidor responsável pelo ato impugnado que se manifeste sobre os fatos e fundamentos que o levaram à prática do ato, contestando, se for o caso, a matéria contida na impugnação.

Parágrafo único. A manifestação prevista neste artigo será feita no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento dos autos pelo servidor responsável.

Seção II

Do Julgamento - Disposições Gerais

Art. 67. No âmbito do processo administrativo tributário, será vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, convenção internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Art. 68. O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional também se submeterá às regras dispostas nesta lei para julgamento dos litígios tributários.

Art. 69. Terão prioridade no julgamento os processos em que estiverem presentes as circunstâncias de crime contra a ordem tributária ou de elevado valor, este definido em ato do Secretário Municipal de Fazenda, e, mediante requisição do interessado, aqueles em que figure como parte interveniente:

I - pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental; e

III - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 2º Os processos administrativos cujos titulares tenham direito ao benefício previsto no caput receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária, inclusive com indicação da prioridade no sistema de protocolo informatizado.

Seção III

Das Diligências e das Perícias

Art. 70. A autoridade julgadora determinará, de ofício ou a pedido do impugnante, a realização de diligências e de perícias, quando entendê-las necessárias para a apreciação da matéria litigada.

Art.71. O sujeito passivo deverá ser cientificado do resultado da realização de diligências e perícias sempre que novos fatos ou documentos sejam trazidos ao processo, hipótese na qual deverá ser concedido prazo de 30 (trinta) dias para manifestação.

Art. 72. A impugnação mencionará as diligências ou perícias que o sujeito passivo pretender que sejam efetuadas e os motivos que as justifiquem, com a formulação de quesitos referentes aos exames desejados; na solicitação de perícias, o impugnante deverá indicar o nome, o endereço e a qualificação profissional de seu perito.

§ 1º Deferido o pedido de perícia, ou determinada de ofício a sua realização, será designado um servidor para atuar como perito do Município e intimado o perito indicado pelo impugnante para que ambos realizem os exames requeridos, devendo ser apresentados os respectivos laudos em prazo fixado segundo o grau de complexidade dos trabalhos a serem executados.

§ 2º Será indeferido o pedido de diligência ou de perícia considerada desnecessária ou impraticável, devendo o indeferimento, devidamente fundamentado, constar do texto da decisão.

§ 3º Os prazos para realização de diligências ou perícia poderão ser prorrogados, a juízo da autoridade julgadora.

Seção IV

Do Julgamento em Primeira Instância

Subseção I

Da Competência

Art. 73. A autoridade julgadora decidirá em primeira instância a impugnação do lançamento do crédito tributário ou do ato administrativo que extinguiu ou modificou direito subjetivo do sujeito passivo.

Subseção II

Da Decisão

Art. 74. A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais e conclusão, devendo referir-se, expressamente, ao auto de infração e notificação de lançamento objeto do processo, bem como às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra a exigência.

Parágrafo único. A decisão poderá ser fundamentada em parecer técnico constante dos autos, desde que nele constem os requisitos estabelecidos no caput.

Art. 75. Na decisão em que for julgada questão preliminar, sempre que possível, será também julgado o mérito.

Art. 76. Na apreciação das provas, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção.

Art. 77. As inexistências materiais devidas a lapso manifesto e os erros de escrita ou de cálculo existentes na decisão deverão ser corrigidos de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, mediante a prolação de uma nova decisão.

Parágrafo único. A correção de que trata este artigo poderá ocorrer a qualquer momento do processo até a decisão final em âmbito administrativo.

Art. 78. A autoridade julgadora dará ciência da decisão ao sujeito passivo, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência, facultada a apresentação de recurso voluntário no mesmo prazo.

Art. 79. Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

Art. 80. A decisão será comunicada por quaisquer dos meios previstos no art. 24, isolada ou cumulativamente.

Subseção III

Do Recurso de Ofício

Art. 81. A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício ao Conselho de Contribuintes sempre que a decisão exonerar, total ou parcialmente, o sujeito passivo do pagamento de tributo ou outros encargos.

§ 1º O recurso será interposto mediante formalização na própria decisão.

§ 2º Sendo o caso de interposição de recurso de ofício e não tendo este sido formalizado, o servidor que verificar o fato representará à autoridade julgadora, por intermédio de seu chefe imediato, no sentido de que seja observada aquela formalidade.

§ 3º Não será aplicado o disposto no caput às decisões referentes a lançamentos cujo valor seja inferior ao fixado em ato do Secretário Municipal de Fazenda ou quando houver prova inequívoca da inexistência da infração.

Art. 82. O Presidente do Conselho recorrerá de ofício ao Secretário Municipal de Fazenda sempre que o acórdão do Conselho de Contribuintes exonerar, total ou parcialmente, o sujeito passivo do pagamento de tributo ou outros encargos.
Art. 83. Enquanto não decidido o recurso de ofício, a decisão a ele correspondente não será considerada definitiva.

Subseção IV
Do Recurso Voluntário

Art. 84. O recurso voluntário suspenderá a exigibilidade do crédito tributário apenas em relação à parte recorrida.
Art. 85. O recurso voluntário, total ou parcial, mesmo intempestivo, deverá ser encaminhado ao Conselho de Contribuintes que declarará sua intempestividade, se for o caso.

Seção V
Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 86. O julgamento em segunda instância permanecerá regido pela Lei nº 2.228/05, salvo no que for contrário ao estabelecido por esta Lei.

CAPÍTULO V
DA EFICÁCIA E DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 87. São definitivas, em âmbito administrativo, nos litígios tributários, as decisões:
I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto, que não foram objeto de recurso de ofício; ou
II - de segunda instância, após a homologação do Secretário Municipal de Fazenda;
III – de terceira instância, após decisão do Secretário Municipal de Fazenda.
Parágrafo único Serão também definitivas as decisões na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.
Art. 88. O Prefeito poderá editar, revisar ou cancelar enunciado vinculante, mediante decreto, para tornar obrigatória a aplicação de decisão final proferida na fase litigiosa, cujo conteúdo seja extensível a situações similares, mediante solicitação, devidamente motivada, do Secretário Municipal de Fazenda.
Parágrafo único. A edição, revisão ou cancelamento do enunciado vinculante previsto neste artigo dependerá de manifestação prévia da Procuradoria-Geral do Município.
Art. 89. Encerrado o processo administrativo tributário ou mediante decisão judicial, o valor do depósito judicial ou extrajudicial será:
I - devolvido ao depositante pela instituição financeira em que foi feito o depósito, no prazo de vinte e quatro horas, contadas da hora da ciência da ordem da autoridade judicial ou administrativa competente, quando a decisão judicial ou administrativa lhe for favorável ou na proporção em que o for; ou
II – convertido em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo, inclusive seus acessórios, quando se tratar de decisão judicial ou administrativa favorável ao Município, cessando, no caso de decisão em processo administrativo regulado por esta lei, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
Parágrafo único. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, este será exonerado de ofício dos gravames decorrentes do litígio.

CAPÍTULO VI
DOS EFEITOS DAS AÇÕES JUDICIAIS
Seção I

Do Lançamento para Prevenir a Decadência

Art. 90. O lançamento para prevenir a decadência deverá ser efetuado nos casos em que existir a concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de concessão de medida liminar ou de tutela provisória, em outras espécies de ação judicial.
Art. 91. O lançamento de que trata esta Seção deverá ser regularmente notificado ao sujeito passivo com o esclarecimento de que a exigibilidade do crédito tributário permanecerá suspensa, em face da medida liminar ou tutela provisória concedida.
Art. 92. O lançamento de que trata esta Seção deverá seguir seu curso normal, com a prática dos atos administrativos que lhe são próprios, exceto quanto aos atos executórios e inscrição em Dívida Ativa, que aguardarão decisão judicial, ou, se for o caso, a perda da eficácia da medida liminar ou tutela provisória concedida.

Seção II
Da Renúncia ou da Desistência ao Litígio nas Instâncias Administrativas

Art. 93. A existência ou propositura pelo sujeito passivo de ação judicial com o mesmo objeto do lançamento importará em renúncia ou em desistência ao litígio nas instâncias administrativas.
Parágrafo único. O curso do processo administrativo, quando houver matéria distinta da constante do processo judicial, terá prosseguimento em relação à matéria diferenciada.

CAPÍTULO VII
DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL PELA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 94. A Procuradoria Geral do Município disciplinará a cobrança extrajudicial e judicial do crédito, tributário ou não tributário.
Art. 95. A Procuradoria Geral do Município poderá deixar de ajuizar ações ou execuções fiscais de créditos, tributários ou não tributários, de valores consolidados inferiores a um valor mínimo não superior à referência A100 do Anexo I da Lei nº 2.597/08.
Parágrafo único. Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor inferiores ao limite fixado no caput que, consolidados por identificação de inscrição cadastral na Dívida Ativa, superarem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal.
Art. 96. Poderão ser arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador do Município, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa do Município ou por ele cobrado, de valor consolidado igual ou inferior a referência A100 do Anexo I da Lei nº 2.597/08.
§ 1º Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.
§ 2º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do [art. 28 da Lei Federal nº 6.830/80](#), para os fins de que trata o limite indicado no caput deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas
Art. 97 A Procuradoria Geral do Município poderá estabelecer os critérios para a aplicação dos consectários e encargos para a cobrança administrativa dos créditos, tributários ou não tributários, não ajuizados.
Art. 98. A adoção das medidas previstas neste Capítulo não afastará a incidência de atualização monetária, multa, juros de mora e não elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Municipal, quando exigida em lei.

TÍTULO III
DOS OUTROS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
CAPÍTULO I
DO PROCESSO DE CONSULTA
Seção I

Da Legitimidade para Formular Consulta

Art. 99. O sujeito passivo poderá formular consulta sobre a aplicação da legislação tributária em relação a fato determinado, mediante petição com o seguinte conteúdo mínimo:
I – a descrição completa e exata do fato sobre o qual versa; e
II – os documentos comprobatórios do fato sob consulta e necessários para o exame da matéria.

Parágrafo único. A consulta de que trata o caput também é facultada aos órgãos da administração pública e às entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

Seção II
Dos Efeitos da Consulta

Art. 100. Nenhum procedimento fiscal será instaurado, relativamente à espécie consultada, contra o sujeito passivo alcançado pela consulta, a partir da apresentação da consulta até o trigésimo dia subsequente à data da ciência da decisão que lhe der solução definitiva.

§ 1º A apresentação da consulta:

I - não suspende o prazo para recolhimento de tributo antes ou depois da data de apresentação; e

II - não impede a instauração de procedimento fiscal para fins de apuração da regularidade do recolhimento de tributos e da apresentação de declarações.

§ 2º No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, os efeitos referidos neste artigo só alcançam seus associados ou filiados depois de identificada a entidade consulente da decisão.

Art. 101. Em se tratando de consulta eficaz e formulada antes do vencimento do débito, não incidirão encargos moratórios desde seu protocolo até o trigésimo dia subsequente à data da ciência de sua solução.

Seção IV
Da Ineficácia da Consulta

Art. 102. A consulta não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano quando:

I – estiver em desacordo com o disposto nos art. 98 desta Lei;

II – for formulada por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III – for formulada por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

IV - o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação;

VI - o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;

VII - o fato for definido como crime ou contravenção penal; e

VIII - não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora.

Seção V
Da Solução da Consulta

Art. 103. Os processos administrativos de consulta serão solucionados em instância única, não cabendo recurso nem pedido de reconsideração da solução da consulta.

Art. 104. Caberá recurso para a autoridade superior do despacho que declarar a ineficácia da consulta com fundamento no art. 101.

Art. 105. Na solução da consulta serão observados os atos administrativos expedidos pelas autoridades competentes relativos à matéria consultada.

Art. 106. O Secretário Municipal de Fazenda, conforme o caso, dará caráter normativo à decisão do processo de consulta, publicando-a juntamente com a sua fundamentação, no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município.

CAPÍTULO II
DOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE DIREITO CREDITÓRIO
Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 107. A decisão a respeito dos processos de que trata este Capítulo será proferida pela autoridade competente definida em ato normativo do Secretário Municipal de Fazenda.

Seção II
Do Processo de Compensação
Subseção I
Da Compensação

Art. 108. O sujeito passivo que apurar crédito tributário passível de restituição ou de ressarcimento poderá utilizá-lo na compensação de débitos relativos ao mesmo ou a outros tributos.

§ 1º Será vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

§ 2º A compensação de que trata o *caput* será requerida por meio de processo, protocolado na Secretaria Municipal de Fazenda, no qual constarão informações relativas aos créditos e débitos a serem compensados.

Subseção II
Dos Efeitos do Processo de Compensação

Art. 109. A declaração do sujeito passivo formulada nos autos do processo de compensação constituirá confissão de dívida, sendo instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos a serem compensados.

Art. 110. Não deferida a compensação, a autoridade administrativa deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do ato que não a deferiu, o pagamento dos débitos arrolados.

Art. 111. Não efetuado o pagamento no prazo previsto no art. 109, o débito poderá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município para cobrança extrajudicial ou judicial do crédito.

Seção III
Dos Processos de Restituição

Art. 112. A restituição do indébito tributário será feita por meio de requerimento que se processará de acordo com o disposto nesta seção.

Art. 113. O pedido de restituição deverá ser apresentado por meio de formulário próprio, observado o disposto no art. 6º desta Lei, e instruído com os seguintes documentos:

I - cópia do comprovante de pagamento das guias de recolhimento com a reprodução legível, frente e verso, da autenticação bancária e do valor recolhido e, quando for o caso, documento emitido pelo caixa eletrônico ou similar da instituição financeira onde o pagamento foi efetuado;

II - dados bancários do credor, se houver, para depósito em sua conta corrente quando do deferimento da restituição;

III - cópia do respectivo ato decisório quando o pedido de restituição se fundamentar em decisões administrativas ou judiciais.

Seção IV
Da Compensação de Ofício

Art. 114. A Secretaria Municipal de Fazenda, antes de proceder à restituição de tributos, deverá verificar se o sujeito passivo é devedor de tributos municipais.

Art. 115. Existindo débito em nome do sujeito passivo, o valor da restituição será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito porventura existente.

Seção V
Da Utilização de Indébito para Amortização de Créditos

Art. 116. O procedimento de utilização de indébitos para amortização de créditos tributários vincendos obedecerá, no que couber, às normas previstas para a compensação.

Art. 117. Os créditos do sujeito passivo decorrentes de tributo pago indevidamente poderão ser amortizados nos meses subsequentes com a homologação por parte do Fisco Municipal.

Seção VI

Disposições Complementares

Art. 118. Da decisão que indeferir o pedido de compensação, restituição ou amortização não caberá pedido de reconsideração, cabendo recurso, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão, à autoridade determinada em ato normativo do Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 119. A Secretaria Municipal de Fazenda disciplinará o disposto neste Capítulo, inclusive quanto à fixação de critérios de prioridade para apreciação de processos.

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO E DE SUSPENSÃO DE IMUNIDADE, CANCELAMENTO DE ISENÇÃO E DE DEMAIS BENEFÍCIOS FISCAIS

Seção I

Da Solicitação de Benefício Fiscal e do Reconhecimento de Imunidade Tributária

Art. 120. As solicitações de benefícios fiscais previstos em leis municipais ou de reconhecimento de imunidade tributária deverão ser formalizadas através de requerimento, citando o dispositivo constitucional ou legal pelo qual se considera amparado e, ainda, conforme o caso, acompanhado dos seguintes documentos atualizados:

I – nos casos de imunidade tributária previstos no art.150, inciso VI, da Constituição Federal:

I- cópia dos atos constitutivos e respectivas alterações devidamente registradas no órgão competente;

b) cópia da ata da assembleia que elegeu a última diretoria da entidade;

c) cópias de outros documentos comprobatórios exigidos pela legislação ou solicitados pela autoridade competente para examinar o pedido.

II – no caso da imunidade prevista no art. 156, § 2º, inciso I, da Constituição Federal:

a) cópia dos atos constitutivos e respectivas alterações devidamente registradas no órgão competente;

b) cópias dos balanços patrimoniais relativos ao período no qual deve ser examinada a preponderância das atividades do adquirente;

c) cópias das demonstrações de resultado do exercício (com as contas de receitas operacionais expandidas) ou documento equivalente em que constem as receitas e despesas dos últimos cinco exercícios;

d) no caso de incorporação, cisão e fusão de sociedade anônima, o protocolo de justificação de incorporação registrado na Junta Comercial e o laudo de avaliação dos imóveis envolvidos na transação;

e) cópias de outros documentos comprobatórios exigidos pela legislação ou solicitados pela autoridade competente para examinar o pedido.

III – nos casos de isenção e dos demais benefícios fiscais, cópias dos documentos comprobatórios do atendimento dos requisitos legais necessários para a fruição do benefício ou solicitados pela autoridade competente para examinar o pedido.

Art. 121. A critério do órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda, as entidades beneficiadas por isenção ou imunidade poderão ser fiscalizadas periodicamente a fim de se verificar a continuidade do cumprimento dos requisitos exigidos para o benefício fiscal, das obrigações acessórias e dos recolhimentos dos tributos na condição de responsável tributário.

Art. 122. Os pedidos de reconhecimento de imunidade e isenção serão decididos pela autoridade competente determinada em ato normativo do Secretário Municipal de Fazenda.

Seção II

Da Suspensão da Imunidade e do Cancelamento da Isenção

Art. 123. No caso de descumprimento dos requisitos exigidos para o benefício fiscal, das obrigações acessórias e das obrigações principais na condição de responsável tributário, será procedido de ofício o lançamento do imposto devido, se houver, sem prejuízo do direito de defesa por parte da entidade, que será notificada da suspensão.

§ 1º A notificação da suspensão ou do cancelamento conterá relato dos fatos determinantes e indicará o período a que ela se refere.

§ 2º A entidade poderá impugnar a notificação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência, apresentando as alegações e provas que entender necessárias.

§ 3º A impugnação relativa à suspensão da imunidade ou ao cancelamento da isenção obedecerá às demais normas reguladoras do processo administrativo tributário, especialmente o disposto no Capítulo IV do Título II desta Lei.

§ 4º A impugnação e o recurso apresentados pela entidade não suspenderão a eficácia da notificação.

§ 5º Caso seja lavrado auto de infração, as impugnações e os recursos contra a notificação e contra a exigência do crédito tributário podem ser reunidos em um único processo, devendo as decisões respectivas às matérias litigadas serem objeto de uma única decisão.

Art. 124. A suspensão da imunidade e o cancelamento da isenção ou do benefício fiscal serão aplicados em relação a todo o ano-calendário em que for constatada a irregularidade que lhe deu causa.

Parágrafo único. Quando a suspensão da imunidade ou o cancelamento da isenção tiver relação exclusiva com o IPTU e com a taxa de coleta imobiliária de lixo e for motivada por fato ou situação relativa a imóvel, o efeito da suspensão ou cancelamento alcançará apenas os fatos geradores posteriores à ocorrência do fato ou situação que lhe deram origem.

Art. 125. O titular do órgão competente pela ação fiscal que resultar na suspensão da imunidade noticiará a ocorrência à autoridade competente, que dará ciência do ato às demais autoridades encarregadas da administração de outros tributos da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 126. Após o decurso do prazo para impugnação ou, caso a notificação seja impugnada, após a decisão definitiva pela suspensão da imunidade ou cancelamento da isenção, a autoridade competente remeterá cópia da notificação aos órgãos responsáveis pela fiscalização de tributos de competência do Estado e da União.

CAPÍTULO IV

DA REVISÃO DE ESTIMATIVA DO ISS

Art. 127. O contribuinte submetido ao regime de estimativa da base de cálculo do ISS poderá solicitar revisão no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que tiver ciência do ato.

§ 1º O pedido de revisão de que trata este artigo será decidido pelo titular do órgão competente pela fiscalização tributária.

§ 2º O pedido de que trata o § 1º não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o contribuinte reputar justo e os elementos para sua aferição.

§ 3º Julgado procedente o pedido de revisão, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso.

Art. 128. O contribuinte poderá interpor recurso da decisão relativa ao pedido de revisão de estimativa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão recorrida, para a decisão final da autoridade hierarquicamente superior.

Art. 129. O titular do órgão lançador do tributo poderá rever de ofício a estimativa mediante procedimento regular que conste os elementos que fundamentem a apuração do valor da base de cálculo estimada.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO DO VALOR VENAL DE IMÓVEIS

Art. 130. O procedimento administrativo de revisão do valor venal de imóvel para os efeitos do IPTU será desenvolvido na forma deste Capítulo, sem prejuízo da aplicação das demais normas desta lei.

§ 1º Não integram o procedimento de que trata este Capítulo os expedientes que objetivem a alteração do valor venal de imóvel como decorrência da revisão dos respectivos elementos cadastrais que sejam parte dos critérios técnico-legais de sua definição.

§ 2º Consideram-se critérios técnico-legais aqueles previstos expressamente em lei que orientaram a indicação do valor venal do imóvel originalmente fixado.

Art. 131. O procedimento para revisão do valor venal de imóvel se inicia por meio de petição protocolada após ciência do valor indicado para a base de cálculo do imposto.

§ 1º O pedido de revisão deverá ser acompanhado de documentos e demais elementos de prova que atestem a incorreção do valor lançado pela autoridade administrativa, ficando dispensados desta exigência os pedidos de revisão de valor venal de imóveis cujo valor venal lançado seja igual ou inferior ao valor de referência IS disposto no Anexo I da Lei nº 2.597/08.

§ 2º A petição instruída com as informações necessárias à perfeita identificação do imóvel será apresentada ao órgão responsável pela administração do tributo.

Art. 132. Protocolada a petição, o processo administrativo será encaminhado ao órgão técnico para instrução dos autos visando a subsidiar a decisão.

Parágrafo único. Os critérios técnicos adotados que subsidiarão a decisão prevista no caput serão dispostos em ato do Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 133. Compete à autoridade responsável pela administração do tributo decidir sobre o pedido de revisão do valor indicado para a base de cálculo do imposto.

Art. 134. Da decisão da autoridade competente que não acolher o pedido de revisão de valor venal do imóvel caberá recurso no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência dessa decisão, para julgamento pelo Conselho de Contribuintes.

Art.135. Aplicam-se ao pedido de revisão do valor venal do IPTU as regras do recurso de ofício cabíveis à impugnação de lançamento.

§1º Os pedidos de revisão de valor venal do IPTU apresentados até 30 de abril serão recebidos com efeito de impugnação do lançamento, alcançando o imposto referente ao exercício e suspendendo sua exigibilidade até a constituição definitiva do crédito tributário.

§2º São aplicáveis, no que couberem, as disposições dos art. 81 e 82 desta Lei ao recurso de ofício interposto no caso de revisão do valor venal de imóvel.

CAPÍTULO VI

DA REVISÃO DOS ELEMENTOS CADASTRAIS DO IMÓVEL

Art. 136. O procedimento administrativo de revisão de elementos cadastrais que interferem na apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e dos demais tributos e contribuições administrados pelo órgão competente desse imposto será desenvolvido na forma deste Capítulo.

Art. 137. Não serão passíveis de revisão, de acordo com o procedimento traçado neste Capítulo, os valores atribuídos em lei ao valor do metro linear de testada e os índices atribuídos aos fatores de correção previstos na legislação.

Art. 138. A existência de Notificação de Lançamento, Auto de Infração ou o pagamento, total ou parcial, dos tributos não obstam a revisão prevista neste Capítulo.

Art. 139. A impugnação a lançamento fundada na mudança em elementos do cadastro será recebida como pedido de revisão de dados cadastrais, sujeitando-se ao rito previsto neste Capítulo, inclusive quanto a competências, prazos e admissibilidade de recurso.

Art. 140. O procedimento para revisão de dados cadastrais de imóvel se inicia de ofício ou por petição apresentada ao órgão responsável pela administração do tributo.

§ 1º O prazo para protocolo do pedido de revisão é de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência do evento, quando houver:

- I – exigência apresentada pelo Cartório do Registro de Imóveis no pedido de averbação;
- II – exigência de instituição financeira contratada para financiamento imobiliário, no momento da operação de compra e venda;
- III – mudança na titularidade do imóvel; ou
- IV – exigência relativa ao uso do imóvel efetuada pela órgão responsável pela emissão do alvará.

§ 2º Quando não cumprida exigência para apresentação dos documentos necessários, a autoridade competente poderá rejeitar de plano o andamento do procedimento ou determinar a sua continuação com o objetivo de regularizar a situação cadastral do imóvel.

§ 3º O procedimento de ofício para revisão de elementos cadastrais do imóvel inicia-se com a abertura de processo administrativo para este fim, por iniciativa titular do órgão responsável pelo lançamento do tributo.

§ 4º Na hipótese do § 3º, quando dos autos já constarem elementos suficientes para a revisão de ofício, ficará dispensada a vistoria.

§ 5º Caso as alterações cadastrais efetuadas de ofício na forma do § 3º resultem na revisão do lançamento, a ciência de ambos os procedimentos poderá ser feita de forma conjunta.

Art. 141. Os elementos cadastrais serão fixados com base em quaisquer informações disponíveis, sempre que:

- I – sejam omissas ou não mereçam fé as declarações prestadas pelo sujeito passivo ou por terceiro legalmente obrigado;
- II – não sejam apresentados ou não mereçam fé os documentos exigidos para a resolução dos processos administrativos de revisão cadastral; ou
- III – seja impedida a vistoria ao imóvel para verificação dos elementos cadastrais.

§1º Caberá impugnação às alterações procedidas de ofício, que será julgada pela autoridade hierarquicamente superior ao fiscal que efetuou as mudanças cadastrais;

§ 2º Da decisão proferida no pedido de impugnação de que trata o § 1º caberá recurso à autoridade imediatamente superior.

Art. 142. O prazo para impugnação ou recurso será de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão pelo requerente.

§1º Os pedidos de revisão de elementos cadastrais do imóvel apresentados até 30 de abril serão recebidos com efeito de impugnação do lançamento, se as modificações alegadas forem anteriores à ocorrência do último fato gerador, alcançando o imposto referente ao exercício e suspendendo sua exigibilidade até a constituição definitiva do crédito tributário.

§2º São aplicáveis, no que couber, as disposições dos art. 77 e 78 ao recurso de ofício interposto no caso de revisão do valor venal de imóvel.

Art. 143. O procedimento de revisão de elementos cadastrais do imóvel será encerrado:

- I – pela decisão do titular do órgão responsável pelo lançamento do tributo, quando não recorrida;
- II – pela decisão do superior hierárquico ao titular do órgão responsável pelo lançamento do tributo.

CAPÍTULO VII

DA PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA, DA CESSAÇÃO DA ATIVIDADE, DA BAIXA E DA SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO CADASTRAL

Seção I

Da Paralisação Temporária das Atividades

Art. 144. O sujeito passivo deverá solicitar por escrito à repartição fiscal competente o reconhecimento da paralisação temporária de suas atividades, mencionando o motivo e o prazo de paralisação, informando o nome e o endereço dos responsáveis pela empresa e pela guarda dos livros e documentos fiscais.

§1º O reconhecimento da paralisação temporária não extingue débitos tributários existentes ou que vierem a ser apurados.

§2º As informações previstas no caput deste artigo deverão ser mantidas atualizadas pelo contribuinte sendo que o descumprimento desta exigência implicará no cancelamento do reconhecimento da paralisação.

Art. 145. O reconhecimento da paralisação temporária e a sua prorrogação deverá ser solicitado antes do início de sua ocorrência, não acarretando efeitos retroativos.

§1º O deferimento do pedido produzirá efeitos a partir da data da lavratura do termo no Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

§2º Nas hipóteses de justa causa, o reconhecimento da paralisação gerará efeitos retroativos a partir da data do fato que a determinou, desde que a solicitação seja formalizada em até 10 (dez) dias contados da ocorrência do mencionado fato.

Art. 146. O reconhecimento da paralisação temporária gerará efeitos por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período.

Parágrafo único. Somente poderá ser deferido novo pedido de paralisação se decorridos 12 (doze) meses do término do prazo concedido.

Art. 147. O contribuinte fica desobrigado da escrituração correspondente aos meses paralisados.

Parágrafo único. O deferimento do pedido implicará no bloqueio do sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas pelo tempo concedido de paralisação.

Art. 148. O reinício das atividades do contribuinte antes da data limite prevista e declarada para a paralisação temporária, bem como sua prorrogação, deverá ser previamente comunicado, por escrito, à repartição fiscal competente.

Seção II

Da Cessação da Atividade e da Baixa da Inscrição

Art. 149. A cessação de atividade deverá ser comunicada por intermédio de pedido de baixa de inscrição cadastral, solicitada pelo contribuinte ou seu representante por meio de petição escrita na qual serão informados os dados necessários à sua identificação, os motivos da cessação de atividade no Município, a relação da documentação contábil e fiscal utilizada que se encontra disponível, para a análise do servidor fiscal designado para exame do pedido.

Parágrafo único. Caso não sejam apresentados os livros fiscais ou documentos relacionados na petição inicial ou sejam necessários outros documentos além dos relacionados no caput, o servidor fiscal comunicará o interessado para emenda da sua petição inicial.

Art. 150. No processo de baixa de inscrição, o prazo para o cumprimento da exigência que solicitar os documentos necessários para a análise do pedido será de 30 (trinta) dias contados da data da ciência.

Parágrafo único. Caso a exigência não seja cumprida pelo interessado, o servidor fiscal solicitará a suspensão da inscrição cadastral nos termos da Seção III, deste Capítulo, e sugerirá o arquivamento dos autos ou a abertura de ação fiscal.

Art. 151. Caso seja apurado, no curso da diligência, o descumprimento de obrigação principal, o servidor fiscal promoverá o imediato lançamento dos tributos devidos.

Art. 152. Quando for verificado o descumprimento de obrigações acessórias, o servidor fiscal comunicará o sujeito passivo cientificando-o que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para a regularização da obrigação.

§1º O disposto no caput não se aplica à irregularidade de qualquer natureza na situação cadastral do requerente, que será desconsiderada pelo servidor fiscal responsável pela análise, exceto no que se refere ao recolhimento de tributo porventura devido.

§2º Se não houver a regularização da obrigação pelo interessado, o servidor fiscal solicitará a suspensão da inscrição cadastral e sugerirá o arquivamento dos autos ou a abertura de ação fiscal.

Art. 153. A baixa da inscrição cadastral somente será efetuada após a regularização das obrigações acessórias, observado o disposto no § 1º, do art. 143 desta Lei.

§1º A baixa da inscrição cadastral importa em responsabilidade solidária dos empresários, titulares, sócios e administradores no período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§2º A baixa da inscrição cadastral não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados créditos tributários devidamente apurados.

Art. 154. Caso seja efetuado o parcelamento de débitos, a inscrição cadastral do sujeito passivo será suspensa e os autos do processo relativo ao pedido de baixa serão arquivados.

Parágrafo único. Após a quitação integral dos débitos parcelados, compete ao contribuinte requerer a baixa definitiva da inscrição.

Art. 155. Após o exame da documentação solicitada, não sendo apuradas irregularidades, o servidor fiscal lavrará os termos de encerramento nos livros próprios, inutilizará as notas fiscais e os recibos provisórios de serviços não emitidos e comunicará formalmente o interessado do término do processo.

Parágrafo único. Após a conclusão dos procedimentos de baixa, o servidor fiscal determinará as anotações pertinentes no cadastro de tributos mobiliários do Município.

Seção III

Da Suspensão de Ofício da Inscrição

Art. 156. A inscrição do contribuinte será suspensa pela repartição fiscal competente quando constatada a cessação de suas atividades no município.

Art. 157. A suspensão de inscrição será efetuada após pronunciamento fiscal circunstanciado que constituirá processo administrativo.

Art. 158. A suspensão de ofício da inscrição não implicará em quitação de quaisquer obrigações tributárias de responsabilidade do sujeito passivo.

Art. 159. A repartição fiscal publicará edital relacionando as inscrições suspensas provisoriamente, dando-se ciência do fato ao contribuinte.

Art. 160. O contribuinte poderá impugnar a decisão que determinou a suspensão provisória de sua inscrição no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do edital a que se refere o art. 158 desta Lei.

Parágrafo único. Provida a impugnação a que se refere o caput, a suspensão provisória será tornada nula mediante publicação de novo edital.

Art. 161. Decorrido o prazo a que se refere o art. 159 desta Lei sem o comparecimento do contribuinte ou na hipótese de não provimento da impugnação apresentada será publicado novo edital, tornando definitiva a suspensão da inscrição e julgada inidônea, para todos os efeitos legais, a documentação fiscal emitida a partir da data da suspensão.

CAPÍTULO VIII

DA EXCLUSÃO DE OFÍCIO DO SIMPLES NACIONAL

Seção I

Da Exclusão de Ofício

Art. 162. A exclusão de ofício do Microempreendedor Individual (MEI), da microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) do Simples Nacional será realizada:

I – por Fiscal de Tributos competente, quando o fato motivador da exclusão depender de realização de ação fiscal;

II – pelo titular do órgão competente pela Fiscalização, nos demais casos.

Art. 163. A exclusão de ofício do Simples Nacional será formalizada mediante emissão de notificação de exclusão do Simples Nacional pela autoridade competente.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput deste artigo deverá conter:

I – a qualificação do contribuinte excluído;

II – a identificação do fato motivador da exclusão;

III – o enquadramento legal da situação motivadora da exclusão;

IV – os demonstrativos utilizados para justificar a exclusão, com a indicação das fontes utilizadas, quando for o caso;

V – a identificação da autoridade emitente.

Seção II

Da Impugnação da Exclusão

Art. 164. O contribuinte poderá impugnar a exclusão de ofício do Simples Nacional no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da notificação da exclusão.

§1º A impugnação deverá ser instruída com os documentos em que se fundamentar e deverá conter:

I - a autoridade a quem é dirigida;

II – a qualificação do impugnante;

III – os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

IV – se for o caso, as diligências que o impugnante pretenda que sejam efetuadas, expostos os motivos que a justifiquem.

§2º Recebida a impugnação, caberá à autoridade que emitiu a notificação de exclusão manifestar-se preliminarmente à autoridade julgadora, mediante despacho fundamentado.

§3º Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo previsto no caput deste artigo.

§4º Quando houver lançamento de tributos decorrentes da exclusão do Simples Nacional, não poderá ser alegada a impropriedade da exclusão como matéria de defesa nos autos de impugnação do lançamento.

Seção III
Do Julgamento

Art. 165. O julgamento do processo de impugnação da exclusão do Simples Nacional competirá:

I – em primeira instância, à autoridade definida em ato do Secretário Municipal de Fazenda;

II – em segunda instância, ao Conselho de Contribuintes.

Art. 166. A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais e conclusão, devendo referir-se às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra a exclusão.

Parágrafo único. A decisão poderá ser fundamentada em parecer técnico constante dos autos, desde que nele constem os requisitos estabelecidos no *caput*.

Seção IV
Do Recurso Voluntário

Art. 167. O contribuinte poderá recorrer da decisão de primeira instância que mantiver a exclusão no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão, para julgamento pelo Conselho de Contribuintes.

Seção V
Do Registro da Exclusão

Art. 168. O registro da exclusão do contribuinte no Portal do Simples Nacional será efetuado pelo titular do órgão responsável pela fiscalização tributária e se dará da seguinte forma:

I – caso não haja impugnação da notificação, imediatamente após o decurso do prazo previsto para a impugnação;

II – imediatamente após a decisão definitiva que confirmar a exclusão do contribuinte do Simples Nacional.

CAPÍTULO IX
DEMAIS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS

Art. 169. Os demais processos administrativos tributários que não se submeterem aos procedimentos previstos nesta Lei serão decididos pela autoridade competente da área, cabendo recurso no prazo de 30 (trinta) dias ao seu superior hierárquico.

Art. 170. Não caberá pedido de reconsideração das decisões proferidas pela autoridade competente pelo julgamento dos processos submetidos ao rito do presente Capítulo.

Art. 171. Os requerimentos deverão ser formulados atendendo, no que for cabível, ao disposto no Capítulo I do Título I desta Lei.

Art. 172. Ato do Secretário Municipal de Fazenda poderá regulamentar o disposto neste Capítulo.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 173. Os órgãos competentes da Secretaria Municipal da Fazenda darão vista dos autos à parte interessada, a seu representante legalmente habilitado, mandatário ou preposto, munido do respectivo instrumento comprobatório de legitimidade, na repartição fiscal em que se encontre o processo.

Parágrafo único. A vista será dada mediante pedido escrito em até 10 (dez) dias da data do requerimento.

Art. 174. Poderá as partes interessadas pedir certidões de inteiro teor das peças do processo.

§1º A expedição de certidões de inteiro teor dependerá de pedido escrito, firmado pelo interessado ou seu representante, processando-se em autos apartados.

§2º A finalidade específica da certidão constará expressamente no requerimento.

§3º Somente poderão ser expedidas certidões de inteiro teor de processos de procedimento de fiscalização após a inclusão nos autos do relatório final do fiscal responsável pelo procedimento.

Art. 175. Os documentos apresentados pelo sujeito passivo poderão ser substituídos por cópia e restituídos, em qualquer fase, a requerimento dele, desde que a medida não prejudique a instrução do processo.

Parágrafo único. Será facultado o fornecimento de cópias dos documentos que não possam ser restituídos, quando a medida prevista no caput prejudicar a instrução do processo.

Art. 176. Na ausência de disposição expressa nesta Lei, será aplicada subsidiariamente a Lei nº 3.048/13 - lei de processo administrativo municipal - naquilo em que não for incompatível com o processo administrativo-tributário municipal.

Parágrafo único. Não se aplica ao processo administrativo-tributário municipal regido por esta Lei, o disposto no §1º do Art. 78 da Lei nº 3.048/13.

Art. 177. O disposto nesta Lei não prejudicará a validade dos atos praticados na vigência da legislação anterior.

§1º Os procedimentos relativos aos processos em curso, até a decisão de primeira instância, continuarão regidos pela legislação precedente.

§2º Não se modificarão os prazos iniciados antes da entrada em vigor desta Lei.

Art. 178. Ato normativo do Secretário Municipal de Fazenda determinará, em 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, as autoridades competentes para o exercício dos poderes decisórios necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 179. Fica alterado o *caput* e parágrafo único do art. 7º da Lei nº. 2.228/05, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. Os membros do Conselho de Contribuintes e os Representantes da Fazenda Municipal receberão “jeton”, por sessão a que comparecerem.

Parágrafo Único. O “jeton” a que se refere o caput deste artigo terá valores de referência A20 do Anexo I da Lei nº 2.597/08 por sessão.”

Art. 180. Fica alterado o art. 10 da Lei nº. 2.681/09, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os Membros do Conselho Municipal de Recursos Administrativos, o Representante da Administração Pública Municipal e o Secretário-Geral receberão “jeton” no valor de referência A20 do Anexo I da Lei nº 2.597/08 por sessão a que comparecerem.”

Art. 181. Fica alterado o art.19, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 2.597/08, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Os contribuintes do imposto terão ciência do lançamento anual mediante publicação de ato normativo do Secretário Municipal de Fazenda que disporá sobre o

índice de atualização monetária, datas de vencimento e percentuais de desconto para pagamento antecipado, de acordo com o disposto no art. 21, sendo que os valores lançados serão explicitados mediante emissão de carnê anual para pagamento de tributos imobiliários.

Parágrafo único. Os lançamentos omissos ou complementares serão cientificados por meio de notificação. "

Art. 182. Fica alterado o art.48, *caput* e §2º, e acrescentado o §3º, na Lei nº 2.597/08, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. Na hipótese prevista no art. 53, se o contribuinte discordar do valor arbitrado, poderá solicitar a impugnação do lançamento do imposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ciência do lançamento.

§ 1º (...)

§ 2º O procedimento de revisão de lançamento poderá incluir vistoria da autoridade fazendária no local do imóvel alienado, onde serão avaliados fatores que possam contribuir para a diminuição do valor da base de cálculo do Imposto, tais como o estado de conservação do imóvel alienado e dos equipamentos urbanos que a este atende, e aspectos relacionados à segurança e ao bem-estar dos usuários do referido imóvel.

§3º Será indeferida a nova solicitação de lançamento do imposto relativo à transmissão do mesmo direito sobre imóvel para o mesmo adquirente antes de 90 (noventa) dias contados da data em que foi protocolada a solicitação anterior. "

Art. 183. Ficam revogadas as disposições em contrário, notadamente:

I – “caput” e parágrafo único do art.20 da Lei nº 2.597/08;

II – “caput”, §1º e §2º do art.22 da Lei nº 2.597/08;

III - §1º do art.47 da Lei nº 2.597/08;

IV - §1º do art.48 da Lei nº 2.597/08

V – art. 56 da Lei nº 2.597/08;

VI – art. 200, X, da Lei nº 2.597/08;

VII - §5º da art. 246 da Lei nº 2.597/08;

VIII – arts. 13, 14 e 24 da Lei nº 2.228/05;

IX - art. 21 da Lei nº 2.681/09;

X – Lei nº 1.720/99.

Art. 184. Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, com exceção dos artigos 176, 177 e 178 que entrarão em vigor na data da publicação desta Lei.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 23 de Julho de 2018

Rodrigo Neves-Prefeito

(Projeto de Lei Nº. 010/2018 - Autor: Mensagem Executiva Nº 04/2018)

Portarias

Port. nº 723/2018- Considera exonerado, a contar de 01/06/2018, **LUIZ AUGUSTO PAIVA DA SILVA FILHO**, do cargo de Diretor, DG, Secretaria Municipal de Administração.

Port. nº 724/2018- Considera nomeado, a contar de 01/06/2018, **MANOEL ALVES JÚNIOR** para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga decorrente da exoneração de Luiz Augusto Paiva da Silva Filho, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº01/09.

Port. nº 725/2018- Considera exonerado, a pedido, a contar de 09/07/2018, **PHILIPPE PORTE VELASCO** do cargo de Assistente B, CC-5, da Secretaria Municipal de Fazenda.

Port. nº 726/2018- Considera nomeada, a contar de 09/07/2018, **PÂMELA DA SILVA SANTOS** para exercer o cargo de Assistente B, CC-5, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga da exoneração de Philippe Porte Velasco, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 727/2018- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/07/2018, **MARCELO VIEIRA ESPINDOLA** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

Port. nº 728/2018- Considera nomeada, a contar de 01/07/2018, **MARIA CAROLINA FERNANDES DE CAMPOS** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, em vaga da exoneração de Marcelo Vieira Espindola, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 729/2018- Considerar exonerada, a pedido, a contar de 09/07/2018, **CAMILLE BABOSA DE SOUZA BORGES** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Saúde.

Port. nº 730/2018- Considera nomeado, a contar de 09/07/2018, **BRENO RESPLANDES E SOUZA LEITE CARVALHAL** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Camille Babosa de Souza Borges, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 731/2018- Considera exonerado, a pedido, a contar de 17/07/2018, **ARTHUR PINEL BERBERT DA SILVA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Procuradoria Geral do Município.

Despachos do Prefeito

Processo: 030028757/2017 – SÉRGIO SANCHES ALVIM - Dou parcial provimento ao presente Recurso de Ofício da Administração, reformando em parte, assim, a decisão do Conselho de Contribuintes e mantendo, na íntegra, a decisão de primeiro grau que manteve o lançamento complementar do IPTU dos exercícios de 2016 e 2017 da inscrição nº 251.359-6, alterando-se apenas a data de incidência dos juros moratórios e a multa de mora, com base na fundamentação de fls. 70/79.

Processo: 030028765/2017 – RODRIGO FERREIRA BERTOLOTO - Homologo a decisão do Conselho de Contribuintes do Município que negou provimento ao Recurso Voluntário Contribuinte e nego provimento ao Recurso de Ofício da Administração, mantendo-se, assim, na íntegra, a decisão de primeiro grau que manteve o lançamento complementar do IPTU dos exercícios de 2016 e 2017 da inscrição nº 251.351-2, alterando-se apenas a data da incidência dos juros moratórios e da multa de mora, com base na fundamentação de fls. 71/80.

Processo: 030028768/2017 – JUAREZ PACHECO TAVARES JÚNIOR -Homologo a decisão do Conselho de Contribuintes do Município que negou provimento ao Recurso Voluntário Contribuinte e nego provimento ao Recurso de Ofício da Administração, mantendo-se, assim, na íntegra, a decisão de primeiro grau que manteve o lançamento complementar do IPTU dos exercícios de 2016 e 2017 da inscrição nº 251.358-8, alterando-se apenas a data da incidência dos juros moratórios e da multa de mora, com base na fundamentação de fls. 81/90

OMITIDO NO D.O. DO DIA 10/07/18

Corrigenda

Nas Portarias nºs650, 651, 652 e 653/2018 publicadas em 30/06/2018, onde se lê: a contar de 01/06/2018, leia-se: a contar de 01/07/2018.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SEXEC Nº 020/2018 - Designar Dionê Maria Marinho Castro (Matrícula 1240542-1) e Saint Clair Zugno Giacobbo (Matrícula 1242969-0) como fiscais do Contrato nº 007/2018 assinado com a empresa HIDROSCIENCE CONSULTORIA E RESTAURAÇÃO AMBIENTEAL EIRELI.

EXTRATO Nº 39/2018

INSTRUMENTO: Contrato nº 007/2018. PARTES: MUNICÍPIO DE NITERÓI, através da SECRETARIA EXECUTIVA e HIDROSCIENCE CONSULTORIA E RESTAURAÇÃO

AMBIENTEAL EIRELI. OBJETO: Prestação de serviços de consultoria especializada para elaboração de estudos para análise da condição ambiental do sistema lagunar Piratininga-Itaipu. PRAZO: 16 (dezesesseis) meses a contar da Ordem de Serviço. VALOR GLOBAL: R\$ 1.170.000,00 (hum milhão, cento e setenta mil e reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a execução no presente exercício correrão a conta do orçamento da SEEXEC na seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho: 1001.18.541.0119.3073, Natureza de Despesa: 3.3.3.90.39.60, Fonte 101. FUNDAMENTAÇÃO: Contrato oriundo da Concorrência Pública nº 002/2018. Data do Contrato: 20/07/2018. Processo nº 180000279/2018. Secretário Executivo – Niterói, 23 de julho de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
PROCESSO Nº 020/003217/2018 - PORTARIA Nº 284/2018- Designa **LUCIENE DE FÁTIMA TESTE MARTINS**, matrícula nº 1.229.412-2, para atuar como secretária da referida Comissão.

Despachos do Secretário

Licença Especial- Deferido
20/5687/17- de 01/07 até 27/12/2018
Abono Permanência- Indeferido
20/2525/18
Adicional- Deferido
20/2436/18
20/1866/18
20/2412/18
20/2422/18
20/2435/18
20/2424/18

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 019/SMF/18 - DESIGNAR, GABRIELLA OLIVEIRA FERREIRA DOS SANTOS, para responder pelo expediente da Coordenação da Dívida Ativa, da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 30/07 a 10/08/2018.

Despacho do Presidente do FCCN

30/28678/17 – MARIANA TAVARES DIAS - “ACORDÃO Nº. 2154/2018: - IPTU. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO VOLUNTÁRIO. DESCABIMENTO DE COBRANÇA DE JUROS MORATÓRIOS QUANDO A CULPA PELA MORA NO LANÇAMENTO CORRETO DO IMPOSTO É EXCLUSIVAMENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO DE OFÍCIO NÃO PROVIDO.”

30/28674/17 – THEREZINHA DE JESUS BARBOSA LIBERATO. - “ACÓRDÃO Nº. 2158/2018: - IPTU INSCRIÇÃO 253796-7 - REVISÃO DE LANÇAMENTO – RECURSO DE OFÍCIO. IMPROVIMENTO COM A EXCLUSÃO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO VOLUNTÁRIO INTEMPESTIVO.”

30/21399/16 – SERGIO ROBERTO DO COUTO. - “ACÓRDÃO Nº. 2159/2018: - ISS OBRA – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – ARBITRAMENTO – NULIDADE – PROVA REALIZADA PELO RECORRENTE – PARÁGRAFO 6º DO ARTIGO 73 DA LEI 2597/2008, COMBINADO COM O ARTIGO 22, I DO DECRETO 10487/09. RECURSO PROVIDO.”

30/22850/2017 - MAGEAL PARTICIPAÇÕES LTDA - “ACÓRDÃO Nº 2160/2018 - ITBI - RECURSO DE OFÍCIO - REVISÃO DE LANÇAMENTO - INEXISTÊNCIA DE RECURSO VOLUNTÁRIO - ACEITAÇÃO PELO CONTRIBUINTE DOS TERMOS DA DECISÃO A QUO - DESPROVIMENTO DO RECURSO”.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
RESCISÃO CONTRATUAL

Considera-se rescindido o contrato abaixo relacionado, de acordo com o resultado do processo seletivo simplificado realizado por esta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH, por prazo determinado, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.083/14, em caráter transitório e de excepcional interesse público.

CONTRATO	CONTRATADO	CARGO	RESCISÃO EM
122/2017	FABIANO GUERRA COELHO	EDUCADOR SOCIAL	17/07/2018

Convoca-se para procedimento administrativo o candidato do cadastro reserva do Processo Seletivo de Contrato Temporário da SASDH, edital nº 01/2016, listado abaixo, para se apresentar na Rua Coronel Gomes Machado, nº 281 – Centro – Niterói – RJ.

EDUCADOR SOCIAL

111. CLAUDIA REGINA ALCANTARA DE CASTRO ALVES

O convocado deve se apresentar à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, na Gestão do Trabalho, no prazo de três dias úteis a contar da data desta publicação. O não comparecimento do convocado implicará na convocação do próximo da lista.

SECRETARIA MUNICIPAL DO IDOSO

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Às 14:15 horas do dia 05 de Julho de 2018, em primeira convocação, atendendo ao edital de Convocação, foi aberta a Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, pelo Vice-Presidente, Sr Leonardo Fernandes Picanço, secretariado pela Dra Katia de Almeida Ennes, representante do Rotary Club Niterói Icarai, Secretária Geral, contando com a presença da Sra Alessandra de Jesus Siqueira Neves, representante da Gero's Center; Sra Dulce Rocha de Mattos, representante da Univerti; Dra Karin Ferreira Dias Rangel, representante da OAB Seccional Niterói-RJ; Sr Dinister Leite Alves, representante do SINDMED, Sra Silvana Melo Devillart, representante da Casa de Repouso Quatro Estações, Sr Gustavo de Figueiredo Maciel Vilella, representante da Nittrans, com as presenças do Sr Carlos Alberto Rodrigues da SASDH, designado para representar a Secretaria, mas como não tendo sido oficiada a troca de representação, a Secretária consulta o plenário, sobre a autorização de sua permanência, em caráter de ouvinte, assim como o da srta Julia da Silva Cunha, secretária da Secretaria do Idoso, tendo desta a anuência para que ambos permanecessem como ouvintes na reunião. Composto a mesa, Sr Leonardo Fernandes Picanço, vice-presidente, Dra Katia Ennes, secretária-geral e sr Gustavo de Figueiredo Vilella, secretário Adjunto. A secretária faz a leitura do Edital de Convocação, tendo sido alertada pelo Vice-Presidente de que por se tratar de uma reunião Extraordinária, a aprovação da Ata da reunião Ordinária, constante do item 1 da pauta, deveria ficar para próxima reunião ordinária do Conselho. Pedido acolhido, foi imediatamente cedida a palavra ao Vice-Presidente que abre a reunião, agradecendo a presença de todos e informando a Secretaria do Idoso, ter recebido ofício, endereçado ao COMDDEPI, do Presidente Dr Marcos Fioravanti, formalizando sua solicitação de licença por motivo de saúde, por 90 dias. O Vice-presidente discorre sobre a hierarquia de sucessão no caso de impedimento temporário do Presidente e conforme o art 27 , inciso I, do Regimento Interno, se empossa no cargo de Presidente. Em prosseguimento, informa ao plenário ter feito contato com a Caixa Econômica, sobre a questão da conta do FUNDEPI, no caso de interinidade e foi informado que como ainda não há movimento na conta, nenhuma exigência se faria, havendo apenas de se fazer uma comunicação da interinidade, após registro da Ata de sua condução a Presidência, em substituição temporária do Presidente eleito. Fez apenas uma ressalva de que em caso da conta do FUNDEPI inicie movimento, nova Assembleia deverá ser convocada, visto como Presidente interino e ao mesmo tempo representante da Secretaria do Idoso, ficaria em desacordo com o determinado, pelo Regimento Interno, art 3º –

Parágrafo Único, para gerência da conta. Sanado os pontos de arguição da pauta e, solicitada a assistência a se manifestar, não havendo nenhuma solicitação de fala, nada mais havendo a se decidir ou debater, o agora Presidente , Sr Leonardo Fernandes Picanço, no exercício de suas funções, às 15:00, dá por encerrado os trabalhos e eu Katia de Almeida Ennes, Secretária desta reunião, dando fé ao que aqui foi descrito, lavro a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente em Exercício, Sr. Leonardo Fernandes Picanço.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE
PORTARIA SMU Nº 018/2018
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
Art. 1º – Designar, sem ônus para a Secretaria de Urbanismo e Mobilidade, os servidores abaixo relacionados para compor a **COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS**, que terá responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada pela SMU, objetivando a devida identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor:

Membros da Comissão:
Alexsandra da Costa Andrade - Mat. 2412924 - Representante USA
Daniel de Assis Reis Bastos – Mat. 2412849 – Representante UDU
Eduardo Barreto Teixeira – Mat. 2397641 - Representante UDU
Kamila Azevedo Esteves – Mat. 02136 – Representante USPF
Luísa Gomes da Silva - Mat. 2424080 - Representante USA
Maria Luíza da J. da S. Liberato – Mat. 2421063 - Representante UGA
Priscila Freitas Araujo – Mat. 2401164 - Representante UDU

Art. 2º - A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS observará com rigor a Resolução Nº 5, de 30 de setembro de 1996, que dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; a Resolução Nº 40, de 09 de dezembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, sendo ambas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ; e, ainda, as determinações do CONARQ sobre Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor a contar da data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS E A FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI
EDITAL DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL (Nº 03/2018)
Resultado final da Habilitação

A Secretaria Municipal das Culturas (SMC) e a Fundação de Arte de Niterói (FAN) tornam público o resultado final da habilitação dos projetos inscritos no Edital de Fomento ao Audiovisual (nº 03/2018). As condições de habilitação e inabilitação estão descritas no item 9 do edital.

De acordo com o item 9.6. do referido edital, caberá pedido de recurso contra o resultado da habilitação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir do dia seguinte à publicação do resultado desta etapa.

O pedido de recurso deverá ser enviado na forma do Anexo 9 - Modelo de Recurso, devendo ser anexado no mesmo sistema eletrônico usado para inscrição (www.fomentoculturalniteroi.com.br). O sistema estará aberto até às 18h do terceiro dia útil do referido prazo.

Em caso de dúvidas entrar em contato através do e-mail audiovisual.culturalniteroi@gmail.com.

1- PROPOSTAS HABILITADAS:

CÓDIGO	NOME OU RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA	NOME DO PROJETO
100292	2 PRODUÇÕES CULTURAIS - ME	2 PRODUÇOES	PAISAGEM
100309	021 Projetos Artísticos e Culturais Ltda.	021 Filmes	Arariboy
100303	3 Moinhos Produções Artísticas	Moinho de Filmes	Um Caos Dentro de Si Dá à Luz uma Estrela Cintilante
100179	3 Tabela Filmes e Produções Artísticas Ltda	3 Tabela Filmes	UFF Cinema - Geração Resistência
100178	3 Tabela Filmes e Produções Artísticas Ltda	3 Tabela Filmes	Cinco da Tarde
100253	70 Filmes Produções Artísticas Ltda.	70 Filmes	Jovens Extraordinários
100184	Acalante Filmes LTDA ME	Acalante Filmes	Casa Segura
100103	Afinal Filmes Ltda	Afinal Filmes	Meu mundo não é de açúcar
100104	Afinal Filmes Ltda	Afinal Filmes	Sograinha seu cookie tá na reta
100319	AIURU SERVICOS DE FILMAGEM LTDA	Aiuru Filmes	ROTA FESTIVAL DE ROTEIRO AUDIOVISUAL
100038	Alibi Filmes e Produções Artísticas Ltda	Alibi Filmes	II FICA.VC - Festival Internacional Colaborativo Audiovisual
100271	Alibi Filmes e Produções Artísticas Ltda	Alibi Filmes	O OVO DOS DESEJOS
100079	ALP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS SS LTDA	ALP	Niterói Fundadora do Brasil.
100188	Amado Arte e Produção Ltda	Amado Arte	Filmambiente 2018
100209	Ana Beatriz de Freitas Reis da Silva MEI	Ana Beatriz de Freitas Reis da Silva	Minha história é outra
100181	Ana Paula Silva Produção Audiovisual - ME	Pacotinho Filmes	MARITIMOS
100242	ANAFERR PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA ME	ANAFERR PRODUÇOES ARTISTICAS	Vida Bandida
100275	ANAFERR PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA ME	ANAFERR PRODUÇOES ARTISTICAS	Quem foi que disse - Vital Brazil
100218	Apocalipso Produções LTDA ME	Apocalipso Produções	OS MELHORES
100066	Aquarela Filmes Produções Cinematográficas LTDA	Aquarela Filmes	A LISTA
100283	Arissas Multimídia Ltda	Arissas Multimídia	VEM COMER
100282	Arissas Multimídia Ltda	Arissas Multimídia	LIVRAMENTO
100254	Artéria Produções Artísticas Eireli	Rinoceronte	101 Canções
100068	Artesã Comunicação e Filmes Ltda	Levante Filmes	O HOMEM POR TRÁS DA HISTÓRIA
100115	Artesã Comunicação e Filmes Ltda	Levante Filmes	Samba - Filhas de Santo
100175	ARUAC PRODUÇOES LTDA - ME	ARUAC PRODUÇOES LTDA - ME	Se Não Fosse Brisa
100113	Associação Cultural Tela Brasilis	Tela Brasilis	O circuito exibidor cinematográfico do Estado do Rio de Janeiro - 1945 a 2018
100273	Associação Experimental de Mídia Comunitária	BemTV	Circuito Papa Goiaba de Cinema e Video
100284	Associação Experimental de Mídia Comunitária	BemTV	Mapa do Audiovisual em Niterói - Subsídios para um Arranjo Produtivo Local do Setor.
100224	Associação Franco Cultural	FRANCO	FESTIVAL CURTA CINEMA 2018
100222	Associação Imaginário Digital	Imaginário Digital	Festival Visões Periféricas 2018 - Mostra Papa Goiaba de Cinema Negro
100338	Associação Ponto Solidário	Ponto Solidário	III Mostra Cine Literário
100357	Associação Ponto Solidário	Ponto Solidário	Mostra Ponto Cine de Acessibilidade - Cinema Brasileiro Acessível
100363	Atlas Produções Culturais e Artísticas	Atlas Cultural	Muito além dos Tenenbaums - O

	LTDA - ME		excêntrico mundo de Wes Anderson
100307	Atlas Produções Culturais e Artísticas LTDA - ME	Atlas Cultural	Valentão da Granja - O homem mais forte de Portugal
100042	AURA EDICOES MUSICAIS LTDA	AURA	Palimpsesto
100091	Bananeira Filmes Ltda	Bananeira Filmes	Medusa
100149	BANG BANG FILMES PRODUÇÕES EIRELI	BANG FILMES PRODUÇÕES	Cobra Feroz
100106	Benguela Produções e Eventos Culturais Ltda	Benguela Produções	XII Mostra Ibero-americana de Cinema de Animação - Edição Niterói
100060	Bernardo Luiz Britto Batista 35156194885	Plexoplastico	Como Fazer um Filme 3D - Cinema com Dois Olhos
100062	Bizum Comunicação Ltda.	-	O Filósofo da Cor
100039	BOCA DO ORIENTE PRODUÇÕES	BOCA DO ORIENTE	A SAGA DA VIDA
100114	BOCA DO ORIENTE PRODUÇÕES	BOCA DO ORIENTE	Lear
100102	Bogotá Filmes Ltda.	Bogotá Filmes	O Toque das Musas
100240	Bond Salles Filmes	Maluca Filmes	Seculomem
100187	Bonus Track Entretenimento Ltda.	Bonus Track	Niterói-Havana
100125	BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA -EPP	BRETZ FILMES	TRÁGICAS
100297	BRUNO MARCUS BRECHT PESSANHA 07091556704	Tomba	Tomba Sessions
100228	BRUNO RIBEIRO DA GAMA E SILVA DE AZEVEDO 13981062752	BRUNO RIBEIRO	Gabriela
100116	Bubbles Produções Artísticas LTDA	Bubbles Project	Ninho
100259	Buendia Filmes Ltda	Buendía Filmes	Os irmãos Karamabloch
100324	C.Manuel Redatores Ltda.	Emoções Baratas	Rir é o Melhor Negócio
100110	Cadenza Filmes LTDA EPP	Cadenza Filmes	Tempo de Romãs
100200	CAJAMANGA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME	CAJAMANGA FILMES	ESTAS SOMBRAS INTIMAS TAO MINHAS
100340	CAMILLA SHAW 41841407852	CAMILLA SHAW	Cartas que Ensinam
100248	Campus Avançado	Campus Avançado	Jurujuba - poética que rima pesca com festa
100298	Campus Avançado	Campus Avançado	Papo na Subida
100197	Canal Imaginário Comunicação Ltda.	Canal Imaginário	Oscarito Circo Teatro e Cinema
100094	Cândido e Moraes Ltda.	Cândido e Moraes Ltda.	Nove Meses
100154	CAPUZZO PRODUÇOES EIRELI	Capuzzo Produções	Cigarros Depois do Sexo
100099	CAPUZZO PRODUÇOES EIRELI	Capuzzo Produções	Rosa
100276	CARADUA PRODUÇOES CULTURAIS LTDA	CARADUA PRODUÇOES	Cineclubes Quase Catálogo - Mulheres Diretoras
100289	CARADUA PRODUÇOES CULTURAIS LTDA	CARADUA PRODUÇOES	Entre nós
100201	Caraminhola Produções Artísticas Ltda	Caraminhola Filmes	O Deserto de Luiza
100308	Caravela Brasileira Produção Artística EIRELI	Caravela Brasileira Produções	MEMÓRIAS NO TEMPO - HISTÓRIA DE UM PINTOR
100084	Caribe Produções LTDA - ME	Caribe Produções	Brasil - Patrimônio do Mundo
100193	Caribe Produções LTDA - ME	Caribe Produções	Sinistro - o rap de Nikiti
100274	Carla Aparecida da Silva	Chave	Nana e Nilo na Cidade Verde
100344	Carolina Monteiro Rodrigues	Carolina Monteiro Rodrigues	Mostra Cine eManas
100366	Carolina Monteiro Rodrigues	Carolina Monteiro Rodrigues	Circuito de Cineclubes Cine e Manas
100320	Casa Colorida Produções Audiovisuais Ltda - ME	Casa Colorida	40 Pontos
100263	Casa da Gente Editora Ltda ME	Casa da Gente	Cinema sem diferenças - Mostra FIFH - Festival International du Film sur le Handicap
100315	Caseiras Produções Cutruais LTDA	Caseiras Produções Culturais	Prosa de Tambores
100286	CATAVENTO EMPREENDIMENTOS CULTURAIS ME	CATAVENTO EMPREENDIMENTOS CULTURAIS	HARMONIZA NITERÓI
100041	cavideo produções comercio e locação de videos eireli	cavideo produções	Black Niterói
100146	cavideo produções comercio e locação de videos eireli	cavideo produções	SpeedfreakS - Psicopata Camarada
100185	Centro Afro Carioca de Cinema	Centro Afro Carioca de Cinema Zózimo Bulbul	Destaques do Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul Brasil África e Caribe II Edição Niterói
100109	Centro de Imprensa Assessoria e Rádio	Criar Brasil	ZoaSom Papo de Música
100026	CENTRO ESPÍRITA EGBE ILE IYA OMIDAYE ASE OBALAYO	EGBE ILE IYA OMIDAYE ASE OBALAYO	Quem conta é o axé
100054	Chamon Produções Artísticas e Cinematográficas LTDA - ME	Chamon Produções	Loop
100131	CINECLUBE PELA MADRUGADA S.C LTDA	CINECLUBE PELA MADRUGADA S.C LTDA	A Alma das Coisas
100355	CINEMA DO RIO CULTURA E EVENTOS LTDA	CINEMA DO RIO	Cinema ao Ar Livre - Niterói
100182	CINEMA PETISCO PRODUÇÕES LTDA EPP	Cinema Petisco	Super Writers Room
100058	Cinetrupe	Cinetrupe Produções	Dia de Jogo
100239	Clear Light Comunicação Ltda.	Clear Light	COM O BOCA NO MUNDO - Em terra de Arariboia.
100258	COMTEXTO PRODUÇÕES E PUBLICAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	COMTEXTO PRODUÇÕES	ILUMINADAS
100210	Conde de Irajá Produções LTDA ME	Firula Filmes	Estaleiro Mauá
100304	CONEXÃO CULTURAL SERVIÇOS LTDA.	CONEXÃO CULTURAL	O MAMBO DA CANTAREIRA
100364	CONEXÃO CULTURAL SERVIÇOS LTDA.	CONEXÃO CULTURAL	TESE - O FESTIVAL DO RIO E AS CONFIGURAÇÕES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
100070	Cosmo Cine Produções Ltda.	Cosmo Cine	CLEARMIND
100129	Cristiano Vicente dos Santos 08109104703	Providence Produções	72HORAS FESTIVAL DE FILMES
100013	Cromakey Produção de Eventos e Filmes LTDA	Cromakey Produção	RIO FESTIVAL DE GÊNERO e SEXUALIDADE NO CINEMA 2018
100339	Danielle Francisco de Oliveira ME	Terreiro de Ideias Arte Comunicação Cultura	Diagnóstico Colaborativo das Redes Audiovisuais da Baixada Fluminense
100349	Di Mauro Cultura e Arte Produções Artísticas LTDA	DiMauro Filmes	Família Massa
100235	Dilúvio Filmes Produções Artísticas LTDA.- ME	Dilúvio Produções	Apopcalypse segundo Baby
100236	Dilúvio Filmes Produções Artísticas LTDA.- ME	Dilúvio Produções	Peixe
100072	DM Filmes e Produções Artísticas	Duas Mariola Filmes	Carlos Reichenbach - Corsário em mares revoltos
100071	DM Filmes e Produções Artísticas	Duas Mariola Filmes	MANGUE RIO
100295	Doralice Producoes Ltda.	Doralice Filmes	Ao Encontro do Velelho
100256	DR.BASS PRODUTORA DE AUDIOVISUAL LTDA	CINESTUDIO	Essa coisinha estúpida chamada amor
100080	Dunas Filmes Ltda	Dunas Filmes	TV Olho
100255	Eduardo	de Oliveira	ALUMBRAMENTOS
100247	Eduardo	de Oliveira	cadê minha bicicleta
100226	ELENA THAYNA GOES RODRIGUES MACEDO 02465611143	Noma Filmes	Audiodescrição e uma proposta original de tradução de imagens do cinema.

100132	ELENA THAYNA GOES RODRIGUES MACEDO 02465611143	Norna Filmes	TOTEM
100014	Elimar Produções Artísticas Ltda.	Copacabana Filmes e Produções	16o Festival Internacional de Cinema Infantil
100285	Emmanuelle Dias Vaccarini 04548648682	Cineciarte	Análise histórica do processo de difusão e plataformas de distribuição de curtas-metragens brasileiros
100318	Érica Ramos Sarmet dos Santos 13473427705	Excesso Filmes	Uma paciência selvagem me trouxe até aqui
100046	Estoril Filmes LTDA. ME	Estoril Filmes	Renascença
100288	Estúdio Giz Produções Ltda. - ME	Estúdio Giz	Samira em Chamas
100047	Fashion Book Studio Fotográfico	Agência Niterói Fotos	Uva Passa
100183	Fata Morgana Filmes Ltda. ME	Fata Morgana Filmes	Incêndio no circo - Das trevas à luz
100089	Fata Morgana Filmes Ltda. ME	Fata Morgana Filmes	O doutor não faz ideia
100213	Felipe Cataldo Marques	Felipe Cataldo	Eclipse Oculto
100012	FERNANDA PIACENTINI 03600183940	ARTERIA PRODUCOES	Sem Frescura
100033	Filmes do Equador LTDA	Filmes do Equador	Ela Disse Ele Disse
100133	Filmz Produção Audiovisual Eireli	Filmz	Daniel
100077	Flávio de Oliveira Moraes Lara	Flávio Lara Fotoimagem	Artífices do Som
100194	FORTE FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	FORTE FILMES	PÓS
100087	Fraiha Produções de Eventos e Editora Ltda	Fraiha Produções	Quem Isolou
100086	Fraiha Produções de Eventos e Editora Ltda	Fraiha Produções	Viver de Vento
100252	Franco Produções Filmes Eventos e Promoções Ltda	FRANCO FILMES	OTHELO O GRANDE
100365	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	Fundação Euclides da Cunha	Mostra Música no Cinema
100227	GABRIELA GIFFONI LEAL DE SOUZA	-	Criação e Manutenção do canal Nimbus
100166	GABRIELA GIFFONI LEAL DE SOUZA	-	Sem Rosto
100127	Geral Administração e Serviços Ltda	Geral Ltda	Dispersão
100208	Geringonça Filmes e Produções Audiovisuais Ltda	Geringonça Filmes	A CEIA
100190	Ginja Filmes e Produções Ltda	Ginja Filmes e Produções	A Música da Grota
100280	Gisela Roessler 08507184731	Roessler Producoes	Papel Crepon - Histórias Contadas para Gerações
100204	GLM Produções Artísticas LTDA	GLM	JORGE BEN JOR PRELÚDIO PARA A PAZ UNIVERSAL
100010	GravinArt Produções Artísticas Ltda	GravinArt Produções Artísticas Ltda	Bela Recatada e do Lar - A Mulher Ideal
100008	GravinArt Produções Artísticas Ltda	GravinArt Produções Artísticas Ltda	O Tablado e Maria Clara Machado - Distribuição Cinema
100362	GRUPO AGIR CONSULTORIA PERSONALIZADA LTDA ME	GRUPO AGIR	VIDAS MOLHADAS
100232	Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti	Hannah Cavalcanti Produções	3 Mostra do Filme Marginal
100142	HY BRAZIL 2001 FILMES E LIVROS LTDA	HY BRAZIL FILMES	HENRIQUETA
100101	HY BRAZIL 2001 FILMES E LIVROS LTDA	HY BRAZIL FILMES	SAUDADE DO FUTURO
100358	IBEFEST - Instituto Brasileiro de Estudos de Festivais Audiovisuais	IBEFEST	CINEFOOT-FESTIVAL DE CINEMA DE FUTEBOL
100353	IBEFEST - Instituto Brasileiro de Estudos de Festivais Audiovisuais	IBEFEST	Festival Internacional de Cinema de Arquitetura ARCHCINE
100075	ID da Silveira Junior -EPP	Singularidade Audiovisual	O Comissário da Capital
100332	Iglu Produções Artísticas Ltda	Circular Filmes	A MULHER E O MAR
100327	Iglu Produções Artísticas Ltda	Circular Filmes	Amuleto
100078	Ikone Soft Programas de Computador Ltda	Icon Games	Tuca Tucano
100164	IMAGINE ARTE CULTURA E PAZ LTDA.	IMAGINE FILMES	Herança de um sonho
100093	INDIANA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS EIRELI ME	INDIANA PRODUCOES	8 FESTIVAL DE MICROMETRAGENS CELUCINE
100118	INDIANA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS EIRELI ME	INDIANA PRODUCOES	VIAGEM DA ALMA
100128	Inquietude Brennand Fortes Produções Culturais Ltda.	Inquietude	Alucinação
100111	Inquietude Brennand Fortes Produções Culturais Ltda.	Inquietude	Eu que plantei
100241	Insensatez Audiovisual Ltda. - ME	Insensatez Audiovisual	21 FESTIVAL BRASILEIRO DE CINEMA UNIVERSITÁRIO
100238	Insensatez Audiovisual Ltda. - ME	Insensatez Audiovisual	A ESPINGARDA
100169	Instituto Cultural Kreatori Ltda.	Kreatori Filmes	A distribuição brasileira de obras audiovisuais na internet
100040	Instituto Cultural Kreatori Ltda.	Kreatori Filmes	VI Festival O Cubo de Cinema 2019
100191	Instituto de Conteúdos Audiovisuais Brasileiros - ICAB	Instituto de Conteúdos Audiovisuais Brasileiros - ICAB	A vocação do realizador audiovisual Niteroiense
100354	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ESTUDO E INTEGRACAO PELA ANIMACAO - IDEIA	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ESTUDO E INTEGRACAO PELA ANIMACAO - IDEIA	Festival Internacional de Animação do Brasil - Anima Mundi
100326	Instituto Harmonya do Brasil	Instituto Harmonya do Brasil	FilmInNiteroi
100174	Instituto Memória Musical Brasileira	IMMuB	Memória Musical na Tela
100230	Intervalo Produções Multimídia Ltda.	Intervalo	Lendas e Feitos em Niterói
100117	Inventarte Prods. Arts. Ltda - ME	Virgula no Infinito	Encanteria
100335	Iris Cinematografica Ltda	Olhar D	BKB Kinofestival Brazil
100219	JABACULE FILMES LTDA.-ME	JABACULÉ FILMES	Espírito Va'a
100220	JABACULE FILMES LTDA.-ME	JABACULÉ FILMES	Espírito Va'a
100325	Jabuti Filmes Ltda.	Jabuti Filmes	EM BUSCA DO CÉU
100331	Jabuti Filmes Ltda.	Jabuti Filmes	SOM DA GROTA
100205	Jardins Suspensos Projetos Culturais	Jardim Digital	Niterói 360 investindo na inovação.
100322	Jardins Suspensos Projetos Culturais	Jardim Digital	Roberto Lara em Morro Agudo Beach e Arredores
100004	JOAO VITOR DE FARIA SUPRANI 12076923799	João Suprani	CINE GIRO
100301	JPB EMBAUBA PRODUÇÕES LTDA ME	EMBAUBA PRODUÇÕES	FORTES DA GUANABARA
100356	Julia Couto	Julia Couto	9a SUA - Semana Universitária do Audiovisual
100065	Julia Couto	Julia Couto	Canal FBCU
100251	Juliana Esquenazi Muniz	Juliana Muniz	Prefiro Não Ser Identificada
100120	JURUBEBA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	JURUBEBA PRODUÇÕES	X Semana de Cinema
100119	JURUBEBA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	JURUBEBA PRODUÇÕES	MÚSICA E SILÊNCIO
100346	K9 AGENCIAMENTO E PRODUÇÕES LTDA	CAFEÍNA PRODUÇÕES	O OUTRO
100296	Kaplow Studio Serviços e Produções Audiovisuais LTDA	Kaplow Studio	KAPLOW TV
100342	KB PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL LTDA	KB	A Menina e o Trator
100351	KinoTV Ltda	Coqueirão Pictures	Feitas de Samba
100262	LAIS DOS PASSOS LARA 13375751788	LARA PASSOS	Cinemas de Bordas em Português
100264	LAIS DOS PASSOS LARA 13375751788	LARA PASSOS	IX MOSTRA CINEMAS EM

			PORTUGUÊS
100203	Laranjeiras Filmes Produções Ltda.	Laranjeiras Filmes	O som do apito
100334	LASCENE PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA - ME	Lascene Produções	PÉROLAS
100261	Lenha Filmes Produção de Vídeos Ltda - ME	Lenha Filmes	Depois da Ponte
100135	LUANA DA COSTA PIRES 12034091760	LUANA DA COSTA PIRES 12034091760	Nox Film Fest Niterói
100207	Lucas Vitor Scalioni - 06747721640	Rã Vermelha	Cineclube Rã Vermelha
100269	Lucas Vitor Scalioni - 06747721640	Rã Vermelha	História dos exibidores cinematográficos de Varginha MG
100294	Luciane Chagas Basil	Lu Brasil Art e Estilo	Cartografias Meeting of Favela X
100310	LUCIANO PEREZ FERNANDEZ 07499506762	-	Atlântico
100321	Lumen Producoes Eireli	Lumen	O Mastim
100299	Lunar Multimídia Produções	Lunar Multimídia	Artistas veículo e outros materiais
100352	Luz Mágica Produções Audiovisuais Ltda	Luz Mágica Produções	Aumenta que é rock n roll
100144	Mac Comunicação e Produção Ltda.	Mac Comunicação	BOI
100267	Mac Comunicação e Produção Ltda.	Mac Comunicação	Mostra A Crônica Malandra de Hugo Carvana
100162	Mapa Filmes do Brasil Ltda	Mapa Filmes do Brasil	Todas e Todas
100156	Mapa Filmes do Brasil Ltda	Mapa Filmes do Brasil	Sedução
100155	MARIA GORDA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	MARIA GORDA FILMES	Passinho Foda 10 Anos
100172	MARIANA TEIXEIRA FERNANDES DE MORAES 11693647729	Jerimundo Filmes	Verbo Solto Literatura
100177	MARIO CAILLAUX OLIVEIRA 11545613729	MARIO CAILLAUX OLIVEIRA	A Revolta das Barcas
100176	Mateus Brito da Paz	CDD Em Cena	A Cornafé
100085	Matizar Produções Artísticas Ltda	Matizar Filmes	Amniótico
100092	MAURICIO HIRATA FILHO PRODUCAO AUDIOVISUAL	MHF Audiovisual	Possessão
100167	MAURICIO TRINDADE TAVARES 93504772204	Matav Filmes	Um Jovem Ordinário
100121	MEDIATECH PROJETOS E EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LIMITADA ME	MEDIATECH	CIRCUITO VERCIÊNCIA NITERÓI SNCT 2018
100300	MEIA ZERO MEIA PRODUÇOES LTDA ME	606 Produções	Viagem à Lua
100083	Melodrama Produções Ltda.	Melodrama	Primeira Turma
100076	MFA Brazil Audiovisual - ME	BANDA Filmes	Amor e Luz
100196	MFA Brazil Audiovisual - ME	BANDA Filmes	Ouvido - o cancionista brasileiro
100098	Michelle de Medeiros Gomes Chevrاند 09177506758	Lestada Produções Artísticas	O lugar da memória é o coração
100198	Modo Operante Produções Culturais Ltda.	Modo Operante Produções Culturais Ltda.	BIG - Num Jogo Sem Regras
100233	Modo Operante Produções Culturais Ltda.	Modo Operante Produções Culturais Ltda.	Jessie e Colombo - Amar é Resistir
100199	MONIQUE BEZERRA DA SILVA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL	VOLTER EXPERIÊNCIAS CRIATIVAS	Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica em Niterói
100343	Moove House Ideias Criativas e Audiovisuais Ltda-ME	Moove House	Tamo Junto
100328	Movie You Produções e Publicidade Ltda-ME	Movie You Produções	José Tobias - 90 anos de música
100021	MP2 PRODUÇÕES LTDA	MP2 PRODUÇÕES	Seu Nelson O Cinema e a Vida
100095	Muriqui Cultural Ltda. - ME	Muriqui Cultural	Jogada de Música
100221	Muriqui Cultural Ltda. - ME	Muriqui Cultural	Jogada de Música
100234	Natasha Empreendimentos Artísticos Ltda	Natasha Artes	Back2Black - Retratos de África
100211	Nova Triniti Comunicação e Produção Artística Ltda. ME	Nova Triniti	Ibeji Ibeji
100281	Oceano Produções Artísticas Ltda - ME	Oceano Cinematográfico	Araca O Samba em Pessoa
100260	Oceano Produções Artísticas Ltda - ME	Oceano Cinematográfico	Filme da Casa
100265	OFICINA DE IDEIAS DE MERITI ENSINO DE ESPORTE ARTE CULTURA E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME	OFICINA DE IDEIAS	QUITANDA NA REDE
100202	Oficina Social Produções Artísticas Ltda - ME	Oficina Social de Teatro	Viradouro Vira Ouro
100368	Organização cidadania m movimento	OCM	Dom Cultural
100130	PARNAIOCA CINEMATOGRAFICA LTDA	IF YOU HOLD A STONE	Piracuama
100333	Pé de Moleque Filmes Ltda.	Pé de Moleque Filmes	Futuro em ruínas
100350	PHI FILMES	PHI FILMES	Do espiritual no audiovisual
100341	PLANO SEIS PRODUÇOES CINEMATOGRAFICAS EIRELI ME	Nostro	Filha de Santa
100108	Ponto das Artes de Anchieta Ltda	Ponto Cine	Dialogay III
100189	Ponto das Artes de Anchieta Ltda	Ponto Cine	Diálogos com o Cinema - V
100229	PRAGA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	PRAGA CONEXOES	O QUE TEMOS EM COMUM
100153	PRISCILA RODRIGUES BITTERNCOURT	PRISCILA BITTERNCOURT	Baluarte tá na mídia
100212	Produção Carioca Empreendimentos Artísticos e Culturais Ltda	Produção Carioca	Bar Brasil - Onde o País se Encontra
100348	Projeto 6 Produção Gestão Assessoria e Consultoria em Economia Criativa	Projeto6 Produções	Charlotty
100148	Quarto Zero Produções Artísticas Ltda - Me	quarto zero	Sem Notícias do Céu
100290	QUEZIA MARIA LOPES GOMES DA SILVA RIBEIRO 12089866780	Outubro Filmes	Cinema Negro Brasileiro na Última Década 2008 a 2018
100170	QUEZIA MARIA LOPES GOMES DA SILVA RIBEIRO 12089866780	Outubro Filmes	Parresia
100147	Quiprocó Filmes LTDA ME	Quiprocó Filmes	A República de Parreiras
100057	Quiprocó Filmes LTDA ME	Quiprocó Filmes	Pescadores e Pescarias
100312	Raccord Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.	Raccord Produções	A Dona da Banca
100317	Raccord Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.	Raccord Produções	Cedo Demais
100360	Rafael Cannigia Produções Audiovisuais	Guepardo Produções Audiovisuais	O Trágico destino do Artista de sombras
100359	Rafael ferreira	Rafael ferreira	V Festival de Cinema Independente TV Caçara
100244	RAJA GEBARA PICTURES	RAJA GEBARA PICTURES	A MÍDIA NA ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR
100134	Rapsódia Empreendimentos Culturais LTDA	Rapsódia	CinEduca nas Praças
100123	Rapsódia Empreendimentos Culturais LTDA	Rapsódia	CinEduca Niterói 2019
100313	Realize Produções e Promoções LTDA	Realize Produções	A roupa que te despe
100097	RED STUDIO BRASIL PRODUÇÃO E ANIMAÇÃO LTDA	RED STUDIO BRASIL	Hugo e Serena
100246	RED STUDIO BRASIL PRODUÇÃO E ANIMAÇÃO LTDA	RED STUDIO BRASIL	Mochica - um cachorrinho encantado
100141	Renata da Silva Palheiros	Renata da Silva Palheiros	5o Cineducando Festival de Cinema e Educação Edição Niterói

100306	REPUBLICA PUREZA FILMES LTDA	REPUBLICA PUREZA FILMES LTDA	ERA UMA VEZ UM CINEMA
100225	REPUBLICA PUREZA FILMES LTDA	REPUBLICA PUREZA FILMES LTDA	VIZINHOS
100223	Rio Cinema Digital Produções Audiovisuais LTDA	Rio Cinema Digital	Babá Eletrônica
100157	Rio Cinema Digital Produções Audiovisuais LTDA	Rio Cinema Digital	Histórias de Liberdade
100145	RJ SERVIÇOS CINE GROUP LTDA.	CINE GROUP RJ	Niketche em 5 vozes
100250	Roda Produtiva Produção Artística LTDA	Roda Produtiva	A flor do último suspiro
100345	RODAFILMES PRODUÇÃO ARTISTICA E CULTURAL LTDA	RODAFILMES	OLHOS TRISTES
100056	SARAGUINA FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA - EPP	Saraguina Filmes	Revolução Silenciosa
100316	SeuFilme Produções Audiovisuais LTDA	SeuFilme	Assexybilidade
100314	SeuFilme Produções Audiovisuais LTDA	SeuFilme	Incondicionalmente
100044	Sin Fronteras Filmes Eireli ME	Sin Fronteras Filmes	Rock Horror in Rio Film Festival
100291	Sobretudo Produção Audiovisual e Artística Ltda	Sobretudo Produção	VENTO SUDOESTE
100243	Sociedade Fluminense de Fotografia	Sociedade Fluminense de Fotografia	Niterói em 30x40 Memórias do Fotoclubismo Fluminense
100011	SOLUÇÃO CINE VÍDEO LTDA	MARCAMINHA PRODUÇÃO MUSICAL	ÁGUA ESCONDIDA
100180	Suma Filmes Produções Cinematográficas Ltda.	Suma Filmes	Esculpindo ar com o corpo
100088	Suma Filmes Produções Cinematográficas Ltda.	Suma Filmes	Rumor
100195	Syndrome Filmes e Produções Cinematográficas Ltda.	Syndrome Films	Ruas da Glória
100160	T SAAD FILMES E VIDEOS LTDA-ME	ENQUADRA FILMES	PECADO MORTAL
100305	Tadeu Lima de Souza 05434996771	Abacateiro Produções	Circuito Audiovisual BXDNiteroi - Por uma Metrópole de Direitos
100143	TERRA BRUTA PRODUÇÕES LTDA.	TERRA BRUTA	SINTROPIA
100217	TERRA BRUTA PRODUÇÕES LTDA.	TERRA BRUTA	CIDADE DOS SONHOS
100347	THE LIRIOS PRODUCOES AUDIOVISUAIS ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA ME	THELÍRIOS	Luther
100337	Turbilhão de Ideias Cultura e Entretenimento Ltda.	Turbilhão de Ideias Entretenimento	A História de Nós 2
100266	Urbano Produções e Eventos	Urbano Filmes	Ronaldin
100032	Valeu Curti Produções Ltda	Curtiu Produções	Black Rio um movimento power
100037	Valeu Curti Produções Ltda	Curtiu Produções	Samantha
100215	VALKYRIA CINE EIRELI ME	VALKYRIA FILMES	O PASSAGEIRO
100214	VALKYRIA CINE EIRELI ME	VALKYRIA FILMES	ESMALTE VERMELHO
100287	VICTOR QUINTANILHA MOURA DIAS 12893337775	VICTOR QUINTANILHA MOURA DIAS	Portugal Pequeno
100122	Video Ciência Produções Ltda.	VIDEOCIÊNCIA	CURTA BOCA
100030	Viralata Produções LTDA	Viralata Produções	Avenida Beira-Mar
100031	Viralata Produções LTDA	Viralata Produções	Esta Noite Seremos Felizes
100171	Wesley Prado Heredia	Avante Serviços Audiovisuais	Carne Trêmula
100124	WTF Produções Artísticas LTDA	Feever Filmes	Uma Cegueira Temporária do Coração

2- PROPOSTAS INABILITADAS:

CÓDIGO	NOME OU RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA	NOME DO PROJETO	MOTIVO FORMAL
100074	Afinal Filmes Ltda	Afinal Filmes	Migliaccio - o Brasileiro em Cena	item 8.4 do edital
100073	Afinal Filmes Ltda	Afinal Filmes	Noite de Alfáce	item 8.4 do edital
100369	ANA CARLA VILLA LOBOS TEIXEIRA 13155096799	CARLA VILLA LOBOS	Redenção	Item 8.18 do edital
100139	Ana Paula Silva Produção Audiovisual – ME	Pacotinho Filmes	A Queda de Icaro	Item 8.4 do edital
100168	Ana Paula Silva Produção Audiovisual – ME	Pacotinho Filmes	Mostra de cinema Nikiti de Curtas-metragens	Item 2.3.c) da categoria X do anexo 7
100173	ARTIFICIO CINEMATOGRAFICO E PRODUÇÕES LTDA	ARTIFICIO CINEMATOGRAFICO E PRODUÇÕES LTDA	Conversa Privada	Itens 1.1.e), 1.1.k) e 2.1.b) do anexo 7
100270	Caravela Brasileira Produção Artística EIRELI	Caravela Brasileira Produções	Toque de Mestres	Item 4.1 do edital
100367	CLEMENTINO LUIZ DE JESUS JUNIOR 00997291729	CLEMENTINO LUIZ DE JESUS JUNIOR 00997291729	Cineclube Atlântico Negro Cinema e Formação de Educadores	Item 3.b) do anexo 8
100048	Definir	Definir	Definir	Item 9.2 do edital
100049	Definir	Definir	Definir	Item 9.2 do edital
100050	Definir	Definir	Definir	Item 9.2 do edital
100051	Definir	Definir	Definir	Item 9.2 do edital
100052	Definir	Definir	Definir	Item 9.2 do edital
100053	Definir	Definir	Definir	Item 9.2 do edital
100082	Distopia Produções Artísticas LTDA ME	Distopia	PROJETO ARCÁDIA	Item 4.1 do edital
100159	E.M Produções	E.M Produções	A MARCA DE UM ETERNO	Item 4.1 do edital
100007	GravinArt Produções Artísticas Ltda	GravinArt Produções Artísticas Ltda	Romeu e Julieta - Um Romance na Terceira Idade	Item 8.4 do edital
100064	Instituto Solidariedade e Cultura	ISC	I FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE NITERÓI	Item 2.3.c) da categoria X do anexo 7
100370	José Esthevão Venancio Cabral	Esthevão Cabral	Adrenalina	Item 8.18 do edital
100330	Luz Mágica Produções Audiovisuais Ltda	Luz Mágica Produções	Aumenta que é rock n roll	Item 8.5 do edital
100061	Modo Operante Produções Culturais Ltda.	Modo Operante Produções Culturais Ltda.	Jessie e Colombo - Amar é Resistir	Item 8.5 do edital
100001	Promenade teste	tESTE	Projeto 1	Item 9.2 do edital
100067	SeuFilme Produções Audiovisuais LTDA	SeuFilme	Assexybilidade	Item 8.5 do edital
100137	SeuFilme Produções Audiovisuais LTDA	SeuFilme	Incondicionalmente	Item 8.5 do edital
100374	Thays Pantuza	Thays Pantuza	Cam Ripi	Item 8.18 do edital
100373	Thays Pantuza	Thays Pantuza	Cam Ripu	Item 8.18 do edital
100371	THE LIRIOS PRODUCOES AUDIOVISUAIS ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA ME	THELÍRIOS	NUTRUKÉ	Item 8.18 do edital
100372	THE LIRIOS PRODUCOES AUDIOVISUAIS ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA ME	THELÍRIOS	NUTRUKÉ	Item 8.18 do edital
100249	TROPICOS PRODUCOES LTDA – EPP	TROPICOS PRODUCOES	Pedaços de uma vida qualquer	Item 4.2 do edital
100045	Veronika Kleve Berg	Benquerença	Cirandinha	Item 9.2 do edital

Conforme previsto no item 13 do edital, a comissão de habilitação foi indicada pelo Presidente da FAN e composta por equipe da SMC/FAN. Integraram a comissão de habilitação os seguintes membros:

- Lia Cabral Baron - (Presidente da comissão) - Mat. 17/10901
- Danielle Barreto Nigromonte - Mat. 1242865-0
- Roberta Martins - Mat. 11/7.900.021-3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO CMRA nº 25 DE 17 DE JULHO DE 2018.
CONFERE PUBLICIDADE AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PRONTOS PARA JULGAMENTO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS.
O **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, XXXVIII, e o art. 126 do Decreto Municipal nº 12.219, de 2016 (Regimento Interno do Conselho Municipal de Recursos Administrativos)
RESOLVE:

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PRONTOS PARA JULGAMENTO PELO CONSELHO

Art. 1º. O processo administrativo listado abaixo estão aptos para julgamento pelo Conselho Municipal de Recursos Administrativos:

1. Processo Administrativo nº 130/001213/2018 – Autuado: Drogarias Pacheco S/A.
2. Processo Administrativo nº 130/001214/2018 – Autuado: Drogarias Pacheco S/A.
3. Processo Administrativo nº 130/000631/2018 – Autuado: Canto de Bala Comércio de Doces e Biscoitos Ltda.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA FMS/FGA nº151 /2018

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar o Gestor responsável pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, do contrato nº 04/2018, Processo nº 200/2215/2016, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de informática com garantia, para utilização da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, e das Unidades da Rede Assistencial de Saúde, especificadas nos anexos do Termo de Referência, na forma do instrumento convocatório e do Termo de Referência, firmados entre a **FMS** e a empresa **QUALYTECK RJ TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA EIRELI EPP**

Gestor: Ramatis Fonseca Vianna – Matrícula: 437.382-0

Fiscais: Wagner Ferreira Machado – Matrícula: 437.300-7

Herdley de Souza Moraes – Matrícula: 437.383-9

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6.150/91,

RESOLVE:

Atribuir, a contar de 01/07/2018, a **GABRIEL CAMPOS GOMES PEREIRA**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-7/SUS**, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, no cargo de **Chefe da Seção de Pacientes Externos**, em vaga decorrente da dispensa de Vitor Bocharny de Carvalho. **(PORTARIA FMS/FGA Nº 144 /2018)**

Dispensar, a contar de 01/07/2018, **VITOR BOCHARNY DE CARVALHO**, da gratificação equivalente ao símbolo **FMS-7/SUS**, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, da função de **Chefe da Seção de Pacientes Externos**. **(PORTARIA FMS/FGA Nº 145/2018)**

Atribuir, a **VÂNIA CALDAS CARDOSO** a função de Diretora de Enfermagem do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, da Fundação Municipal de Saúde, a contar de 01/06/2018. **(PORTARIA FMS/FGA Nº 150/2018)**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 16 § 3º da Lei nº 2.104/2003,

RESOLVE:

Tornar público a progressão de **1 (uma) referência** por capacitação para a servidora **SIMONE DE ABREU NEVES SALLES** beneficiada no Plano de Cargos e Salários do ano de **2016** através desta Portaria, conforme Decreto nº 9.521/2005. **(PORTARIA FMS/FGA Nº147/2018).**

Tornar público a progressão de **3 (três) referências** por capacitação para a servidora **FATIMA REGINA DE VASCONCELOS GOULART** beneficiada no Plano de Cargos e Salários do ano de **2015** através desta Portaria, conforme Decreto nº 9.521/2005. **(PORTARIA FMS/FGA Nº148/2018).**

Tornar público a progressão de **1 (uma) referência** por capacitação para o servidor **PAULO ROBERTO LOBO GOMES** beneficiado no Plano de Cargos e Salários do ano de **2015** através desta Portaria, conforme Decreto nº 9.521/2005. **(PORTARIA FMS/FGA Nº149/2018).**

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSENTAR, VOLUNTARIAMENTE, com proventos integrais, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, **EUNICE RODRIGUES DA SILVA**, Agente Administrativo, Matrícula n.º 432.697-1, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05. Ref. ao Proc: 200/8164/2018 **(Portaria FMS nº 345/2018)**

Ficam fixados os proventos mensais de **EUNICE RODRIGUES DA SILVA**, Agente Administrativo, Matrícula n.º 432.697-1 , Classe A, Referência XVII , Nível Fundamental, do Quadro Permanente, aplicando-se aos proventos a forma de cálculo e critério de reajuste conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05. (ref. ao proc. nº 200/8164/2018)

Licença Especial (Deferido)

200/957/2015 - Port. 341/2018 - Veronica da Caridade Pimentel Resende

200/6180/2013 - Port. 342/2018 - Geraldo Luiz Chiozzo de Oliveira

200/6255/2014 - Port. 343/2018 - Ieda Rosa de Oliveira

200/555/2015 - Port. 344/2018 - Maria Cristina da Silva Crisostomo

200/4782/2016 - Port. 346/2018 - Marcia Regina do Amaral Abib

200/1779/2010 - Port. 347/2018 - Gloria lara dos Santos Barros

200/1220/2014 - Port. 349/2018 - Martha Beatriz Oliveira Soares

200/6350/2016 - Port. 350/2018 - Claudia Regina Pinheiro da Silva

200/3541/2016 - Port. 351/2018 - Floriana Maria Alexandre Jaccoud

200/1194/2015 - Port. 352/2018 - Roberto Ornelas Braga

200/6235/2016 - Port. 353/2018 - Ines Pimenta Oliveira

VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENÇÃO COLETIVA, AMBULATORIAL E DA FAMÍLIA

Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a delegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder:

REVALIDAÇÃO 2018 – 1 – CI 28 – 12/07/18.

Benjamin Jayme Velmovitsky, Av. Amaral Peixoto 467 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. Nº Processo. 200000290/18. Atividade. **“Consultório Médico”**.

Laboratório Bittar Ltda. Rua Moreira Cesar 229 /1519 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. Nº Processo. 200001936/18. Atividade. **“Posto de Coleta de Laboratório de Análises Clínicas”**.

Agathon Espaço de Atendimento em Formação em Saúde Ltda. Av. Pres. Roosevelt 239 - Niterói RJ. Cnpj. Nº Processo. 200005524/18. Atividade.

Clinica Médica sem Internação”.

Pneumoservice Serviços Médicos Ltda. Rua Moreira Cesar 26/1216/1217 Icaraí Niterói RJ. Cnpj. Nº Processo. 200000656/18. Atividade. **Serviços Médicos**

Antonio Carlos Soares Panta Leão Junior. Estr. Itacoatiara 110 Qdr. 2 lote 20 - Itacoatiara. - Niterói RJ. Cnpj. Nº Processo. 200002366/18. Atividade. **“Consultório Médico”**.

Cristina Khouri Casalino. Rua Moreira Cesar 229/1207 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002319/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Fabiana Braga Frana Wanick. Rua Moreira Cesar 229/1505 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002327/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Geraldo Luuiz Chiozzo de Oliveira. Rua Miguel de Frias 88/1002 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002347/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Rodolfo Eduardo Espinoza Tarazona. Rua Miguel de Frias 88 / 1101 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002353/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Tarcísio Rivello de Azevedo. Rua Jornalista Alberto F. Torres 67 / 1202 - Icaraí Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002507/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Paulo Cesar Barros Braga. Rua Lopes Trovão 110/301 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002514/18. Atividade. '**Instituto de Beleza**'.

Edilson Ferreira Feres. Rua Gavião Peixoto 70/1410 – Icaraí-Niterói RJ; Cnpj. N° Processo. 200002511/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Bruna Calvi Gussao. Av. Ary Parreiras 65/1205 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj.N° Processo. 200002513/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Pedro Angelo Pinheiro Bittencourt. Rua Mariz e Barros 176 / 507 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002549/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Laboratório Bittar Ltda. Pres. Backer 74 loja - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj.N° Processo. 200001938/18. Atividade. '**Posto de Coleta de Laboratório de Análises Clínicas.**

Clinicas Cirurgicas ACP Eireli-Me. Rua Gavião Peixoto 182 / 619 - Icaraí - Niterói RJ.; Cnpj. N° Processo. 200001671/18. Atividade. '**Clinica Médica sem Internação**'.

Ney Francisco Pinto Costa. Rua Moreira Cesar 228 / 1419 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003177/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Mariana Bizzo Netto. Rua Ministro Otavio Kelly 499 / 603 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003300/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Ricardo Junio Garcia. Rua Otavio Carneiro 100 / 512/513 – Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002884/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Monica Gomes de Almeida. Rua Aurelino Leal 40/201 - Centro - Niterói RJ.; Cnpj. N° Processo. 200006034/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Odontologia Integrada São João. Av. Visc. do Rio Branco 327 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003068/18. Atividade. '**Clinica Odontológica com Raio X**'.

Souto Vascular Serviços Médicos Ltda. Rua Dr. Celestino 122/904 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003020/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Consultório Médico Galvão Ltda. Rua Otavio Carneiro 100 / 901 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003121/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

RB Icaraí Material Otico Ltda. Rua Moreira Cesar 160/403 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200001326/18. Atividade. '**Comercio Varejista de Produtos Oticós**'.

Maria Lucília Ribeiro Pereira. Rua Mem de Sá 111 / 602 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003023/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Isabel Wanderlene Medeiros Batista Damas. Av. Amaral Peixoto 207 / 1011 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002735/18. Atividade. '**Consultório Odontológico sem Raio X**'.

E. F Imbroinise Clinica Odontológica. Rua Lopes Trovão 448 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002842/18. Atividade. '**Clinica Odontológica com Rio X**'.

Centro Odontológico Niterói. Av. Visc. do Rio Branco 181 - Centro - Niter40i RJ. Cnpj. N° Processo. 200002745/18. Atividade. '**Clinica Odontológica com Raio X**'.

Studio dos Olhos Ltda. Av. Amaral Peixoto 207 / 104 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200001630/18. Atividade. '**Comercio Varejista de Produtos de Otica.**

Odontoclinica Giuliana S/C Ltme-Me. Rua Pereira da Silva 190 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002234/18. Atividade. '**Clinica Odontológica com Raio X**'.

Thais Magalhães Galindo. Rua Miguel de Frias 77 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002535/18. Atividade. '**Consultório Odontológico sem Raio X**'.

Luciano da Silva Dias. Miguel de Frias 77/1016 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002600/18. Atividade. '**Consultório Odontológico com Raio X**'.

Michelle Santos Ramalho.Av. Rui Barbosa 197 / 201 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002533/18. Atividade. '**Consultório Odontológico com Raio X**'.

Juliana Aguiar Bastos. Rui Barbosa 29/401- Niterói RJ. Cnpj.N° Processo. 200002741/18. Atividade. '**Consultório de Fisioterapia**'.

Andrea Matheus Tavares. Rua Waldih Curi 21/401 - Niterói RJ. Cnpj.N° Processo. 200001176/18. Atividade. '**Consultório de Psicologia**'.

Claudia Machado dos Santos. Rua Miguel de Frias 77/1016 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002230/18. Atividade. '**Consultório Odontológico com Raio X**'.

Costa Souza Odontologia Integrada Ltda. Francisco da Cruz Nunes 6723/203 - Itaipú - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002707/18. Atividade. '**Consultório Odontológico com Raio X**'.

Costa Souza Odontologia Integrada Ltda. Rua Moreira Cesar 229/1918 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002708/18. Atividade. '**Consultório Odontológico com Raio X**'.

IN Niterói Clinica Odontológica Sociedade Simples Pura–Me. Rua Mariz e Barros 268 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002236/18. Atividade. '**Clinica Odontológica com Raio X**'.

Centro Clínico e Homeoptico Domingues de Sá. Rua Domingues de Sá 484 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002192/18. Atividade. '**Clinica Médica sem Internação**'.

Centro Suvag de Niterói. Av. Sete de Setembro 262 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002537/18. Atividade. '**Clinica de Reabilitação**'.

Otocenter Felix Serviços de Saúde Me. Rua Moreira Cesar 229 / 1610 - Icaraí Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002492/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Alexandre Luiz Ribeiro Silva. Rua Ministro Otavio Kelly 499 / 603 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003301/18. Atividade. '**Consultório Médico**'

José Renato Dezerto March. Rua Gavião Peixoto 182 / 505 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002906/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Elisa Cerqueira dos Santos. Estr. Francisco da Cruz Nunes 7658/201 - Itaipú - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002973/18. Atividade. '**Consultório Odontológico com Raio X**'.

Joaô Batista Thomaz. Estr. Francisco da Cruz Nunes 158 - Itaipú - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003504/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Espaço de Reequilíbrio Corporal Ltda-Me. Rua Otavio Carneiro 100 / 708/709 Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002706/18. Atividade. '**Estudio de Pilates**

Soraia Catarino Miranda. Piratininga 2254 sala 204 – Piratininga - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002728/18. Atividade. '**Consultório de Psicologia**'.

Maria do Carmo Lourenço Rego Lacerda. Av. Amaral Peixoto 479 – Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003108/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Robson Luiz de Azevedo 165 / 1701 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002143/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Anna Beatriz Garibe Baptista. Rua Miguel de Frias 77 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 20000499932/18. Atividade. '**Consultório Odontológico com Raio X**'.

Antonio Carlos da Silva Navega. Av. Amaral Peixoto 711 / 512 Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003341/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

D & G Fisico e Forma Ltda-Me. Rua Tavares de Macedo 95 / 403 - Icaraí - Niterói RJ.Cnpj.N° Processo. 200003145/18. Atividade. '**Consultório de Fisioterapia**

Paulo de Tarso Picanço Costa. Rua Olavo Bastos 26 casa - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200005066/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

José Elias de Souza Xavier. Av. Amaral Peixoto 334 / 916. - Centro - Niterói RJ; Cnpj. N° Processo. 200002266/18. Atividade. '**Consultório Médico**'.

Rosana Costa Alves da Silva. Rua Academico Walter Gonçalves 1 - Centro Niterói Rj Cnpj,Nº Processo 200002210/18.Atividade.**Gabinete de Podologia.**

Salão Nova Era Ltda-Me. Rua Dr. Borman 10 loja 4 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002503/18. Atividade. **Barbearia.**

Carlos Magno Zanotti Meirelles. Rua Dr. Paulo Cesar 175 / 502 - Santa Rosa - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002472/18. Atividade. “**Consultório Odontológico com Raio X’.**

Rocha e Fonseca - Diagnósticos Laboratoriais Ltda. Rua da Conceição 188 2604 – Centro – Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002476/18. Atividade. ‘**Laboratório de Anatomia Patológica Citopatologia e Análises Clínicas’.**

Peres Niterói Ótica e Acessórios Ltda. Av. Amaral Peixoto 207 loja 108 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002381/18. Atividade. **Comercio Varejista de Artigos de Ótica’.**

Ortogine Serviços Médicos Ltda-Me. Rua da Conceição 188 / 1208 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002729/18. Atividade. ‘**Consultório Médico’.**

Alberto Chazin. Rua da Conceição 99 / 1108 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002885/18. Atividade. ‘**Consultório Médico”.**

Larissa Mota Rocha. Rua da Conceição 188 / 1803 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002468/18. Atividade. ‘**Consultório Odontológico sem Raio X.**

Studio Marry Clair Ltda-Me. Rua São João 34 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003193/18. Atividade.“**Instituto de Beleza’.**

Fatima Balbino da Silva. Rua Academico Walter Gonçalves 1 / 611 - Centro Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002069/18. Atividade. ‘**Gabinete de Podologia’.**

Consuelo Figueiredo Medina. Rua Domingues de Sá 293 / 905 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo.200002592/18. Atividade. **Consultório de Psicologia.**

Cristiane de Paula Feres. Rua Gavião Peixoto 70 / 1406 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002512/18. Atividade. **Consultório Odontológico com Raio X”.**

Leticia Crespo do Amaral. Rua Miguel de Frias 206 / 601 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200005171/18. Atividade. ‘**Consultório de Nutrição”.**

Gastroclínica Esberard Sociedade Simples. Rua Miguel de Frias 150 / 406/409 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003182/18. Atividade. **Clínica Médica sem Internação.**

Clínica Santa Maria Reumatologia Fisioterapia Foniatria Ltda-Me. Rua Domingues de Sá 293 / 701 / 702 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003667/18. Atividade. **Clínica de Reabilitação.**

Eles & Elos Cabeleireiros Ltda-Me. Rua Noronha Torrezão 82 loja 101 - Santa Rosa - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003704/18. Atividade. **Instituto de Beleza.**

Unhas Express Salão de Beleza Ltda. Rua Quinze de Novembro 8 / 503 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002205/18. Atividade. ‘**Salão de Beleza.**

Centro Médico de Atendimento Popular Ltda. Rua Moreira Cesar 426/1402 - Icaraí – Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200001921/18. Atividade. **Clínica de Atendimento Popular.**

Maria Luciene de Azevedo Brito Costa. Rua Gavião Peixoto 124 / 1002 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003645/18. Atividade. **Gabinete de Podologia.**

Mariana Monteiro Carpi Pistene. Av. Amaral Peixoto 207 / 1206 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200005352/18. Atividade. **Consultório Médico’.**

Francisca Auri Ataíde Azevedo. Rua Miguel de Frias 206 / 609 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003099/18. Atividade. **Instituto de Beleza.**

Lidiane Pereira Raposo de Menezes. Rua Mem de Sá 19 / 1012 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200004665/18. Atividade. **Consultório de Psicologia.**

Maria Imaculada Ribeiro Ubaldo Braga. Rua Jornalista Alberto Torres 299 / 801 Icaraí Niterói Rj.Cnpj.NºProcesso 200003694/18.Atividade.**Consultório Médico’.**

Ralph Menezes Paiva Antunes. Rua Moreira Cesar 26 / 1414 – Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002837/18. Atividade. **Consultório Médico.**

Elaine Sabino da Silva Barbosa. Av. Sete de Setembro 73 / 101 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200004293/18. Atividade. **Instituto de Beleza**

Veronica Veiga Rodrigues. Rua Otavio Carneiro 100 / 1202 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002890/18. Atividade. “**Consultório Médico’.**

Ingrid Catarino Miranda. Rua Tatuís 19 casa 2 - Piratininga - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003414/18. Atividade. **Instituto de Beleza.**

Wagner Alberto de Moraes. Av. Jornalista n Alberto Francisco Torres 203 / 301 Icaraí Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003416/18. Atividade. **Consultório Médico.**

Gini di Paula Botelho Neco Lagoa. Rua Noronha Torrezão 36 - Cubango - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003686/18. Atividade. **Consultório de Fisioterapia**

Zaida Pereira Pitombo. Rua Miguel de Frias 77 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003691/18. Atividade. ‘**Consultório Médico’.**

Look Formas e Fios Cabeleireiros Ltda. Rua Moreira Cesar 150 loja 114 - Icaraí Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002785/18. Atividade. **Instituto de Beleza**

Renata Porto Lynch. Rua da Conceição 188 / 1107 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002993/18. Atividade. **Consultório Odontológico sem Raio X”.**

Clínica Luiz Pires de Mello Ltda. Rua Mariz e Barros 302 m - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003514/18. Atividade. **Clínica Médica sem Internação’.**

Renato Acetta. Rua Vital Brasil Filho 23 / 802 - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200000412/18. Atividade. **Consultório Médico’.**

Centro Médico Avançado Ltda. Av. Amaral Peixoto 55 / 203 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200006785/18. Atividade. **Clínica Médica sem Internação.**

Cristiane Chiss da Silveira. Rua da Conceição 188 / 2805 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002992/18. Atividade. **Consultório Odontológico com Raio X’.**

Jaqueline da Silva Chaves Nigro. Estr. Francisco da Cruz Nunes 5646 / 215 - Piratininga - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002982/18. Atividade. **Consultório Odontológico com Raio X’.**

Clínica Dr. Simone Correal Ltda. Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 551 / 612 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002943/18. Atividade. **Clínica Odontológica com Raio X’.**

Cl Serviços de Beleza Ltda-Epp. Rua Moreira Cesar 160 / 113 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002928/18. Atividade. **Instituto de Beleza**

Salão M.S. Cabeleireiro Ltda-Me. Rua Aurelino Leal 40 / 504/505 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002859/18. Atividade. **Instituto de Beleza**

AG S erviços Médicos Ltda. Rua Otavio Carneiro 143 / 1302 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200004487/18. Atividade. **Consultório Médico’.**

Ótica Ponto de Vista de Icaraí Ltda-Epp. Rua Mariz e Barros 71 loja 101 m - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200005242/18. Atividade. **Comercio Varejista de Produtos de Ótica’.**

Aline Tereza Guimarães Mansur. Pres. Backer 436 / 807 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003520/18. Atividade. **Consultório Odontológico sem Raio X.**

Maria de Fatima Bazhuni Pombo March. Rua Domingues de Sá 240 / 1502 Icaraí Niterói Rj.Cnpj NºProcesso.200003230/18.Atividade.**Consultório Médico.**

Luiz Sergio Couzendey Rangel. Rua Tavares de Macedo 128 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003150/18. Atividade. **Consultório Odontológico com Raio X”.**

Espaço Charmy Instituto de Beleza Ltda-Me. Rua Eduardo Luiz Gomes 13 / 02 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200003118/18. Atividade. **Instituto de Beleza.**

Consultório Médico J & L Ltda –Me. Rua Mem de Sá 111 / 509 - Icaraí - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200004595/18. Atividade. **Consultório Médico’.**

Wecyani de Farias Nascimento. Rua da Conceição 188 / 1304 - Centro - Niterói Rj. Cnpj. Nº Processo. 200002547/18. Atividade. **Consultório de Psicologia’.**

Daniele Barbosa Jaccoud Ferraz de Oliveira. Av. Amaral Peixoto 479 / 205 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002348/18. Atividade. '**Consultório de Psicologia.**

Marcio Roosevelt Smith Moco. Av. Amaral Peixoto 207 / 1017 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002229/18. Atividade\\\ **Consultório Médico**'.

Amneves Serviços Médicos Ltda. Av. Quintino Bocaiúva 325 / 408 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200004396/18. Atividade. **Consultório Médico**'.

Suzana da Silva Marins Amparo. Rua Alm. Teffé 645 / 602 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200001981/18. Atividade. **Instituto de Beleza.**

André Luiz Otavio Almeida. Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 1009 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003106/18. Atividade. **Laboratório de Protese Dentária.**

Icarai Comercio e Beleza Eireli –Me. Rua Sete de Setembro 65 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200001648/18. Atividade.**Instituto de Beleza.**

Laudelino Moreira Gonçalves. Rua Ertides de Oliveira 97 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000546/18. Atividade. **Consultório Médico**".

Centro Eletrodiagnóstico Icarai Ltda. Rua Moreira Cesar 229 / 1008 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000218/18. Atividade. **Consultório Médico**'.

Keila Borba Campos Acetta. Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 551 - Centro Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000410/18. Atividade. **Consultório Médico**'.

Israel W. Silva Proteses Dentárias. Av. Amaral Peixoto 55 / 206 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002803/18. Atividade. **Laboratório de Protese Dentária.**

Gastrof Consultórios Associados Ltda. Rua Cel. Gomes Machado 130 / 901 Centro Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003688/18. Atividade.**Consultório Médico.****Ana Grillo Endocrinologia Clínica Eireli.** Av. Sete de Setembro 317 / 505 - Icaraí – Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002644/18. Atividade. **Clínica Médica sem Internação**".

Oftalmoclinica Souza Pena Ltda. Rua Moreira Cesar 26 / 1006/1008 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200004697/18. Atividade. **Consultório Médico.**

PUBLICAÇÃO: Autos de Infração: CI 30 – 18/07/18.

Cesar Augusto F. Costa. Rua São Sebastião 58 - Ingá - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 0094. Referente ao processo N° 200001572/17.

Carlos Raposo da Silva. Rua Pres. Pres. Pedreira 02 - Ingá - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 0097. Referente ao processo N° 200009859/17.

Nilton de Albuquerque. Rua Tiradentes 32 - Ingá - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 0098. Referente ao processo N° 200/30/8756/15

Rosely Machado. Rua Xavier de Brito 19/001 - Centro - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 0100. Referente ao processo N° 200010745/17.

Pedro Ciano. Rua Visc. de Sepetiba 54 - Centro - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1461. Referente ao processo N° 200011023/17.

Manoel da Costa. Rua São Pedro 193 - Centro - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1462. Referente ao processo N° 200001570/17.

Felisbina da Assunção da Mota Duarte. Rua Gal. Andrade Neves 207 - São Domingos - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1463. Referente ao processo N° 2000/30/4572/13.

Pedro Leon Bessil. Rua Maestro José Botelho 173 - Vital Brasil - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1466. Referente ao processo N° 200/30/1891/16

Dercy Agostini Alves. Rua Dr. Macario Picanço 582 – Itaipú - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1467. Referente ao processo N° 200011784/17.

Luiz Carlos Valente da Cunha. Rua das Violetas 35 – Itacoatiara – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1469. Referente ao processo N° 200014812/17

Francisco José Saraiva de Andrade. Rua Farmaceutico Francisco Nascimento Qdr. 56 lote 6 – Serra Grande – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1471. Referente ao processo N° 200006207/17.

Marcus Vinicius Custodio Muratori. Av. Pref. Altino Mendes Linhares Qdr. 77 lote 8 – Maravista – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1472. Referente ao processo N° 120000068/17.

Simiana Marinho Rutano. Trav. Arantes 178 casa 10 - Engenhoca - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 0092. Referente ao processo N° 200000197/17.

José Mariano de Souza Barros. Trav. Baronesa de Goitacazes 02 - Barreto - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 0093. Referente ao processo N° 200001057/17.

João Batista Carvalho e Silva. Estr. Rio do Ouro lote 2 – 128/134 – Rio do Ouro – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1707. Referente ao processo N° 410/021/16.

Alzira J. Sanches. Estr. Senador Fernandes da Cunha Qdr. 90 lote19 - Rio do Ouro – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1708. Referente ao processo N° 200/30/2177/16.

José Pereira. Rua Barão do Flamengo Qdr. 3 lote 13 - Maria Paula - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1714. Referente ao processo N° 200/30/711/13.

Geraldo Ribeiro Rocha. Rua Jean Valletau Mouliac lote 366 - Rio do Ouro - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1716. Referente ao processo N° 200/30/420/12.

Alberto Lemos. Av. Santo Antonio Qdr. 03 lote 32 - Santo Antonio – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1721. Referente ao processo N° 200090655/16

Alexandre Gonzales Araujo. Rua Regina Celia Sant'anna Dias Qdr.18 lote22 – Itaipú - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1725. Referente ao processo N° 2000090504/16.

Antonio Rodrigues de Souza. Estr. Francisco da Cruz Nunes Qdr. 221 lote 2 – Itaipú – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1727. Referente ao processo N° 200/30/1095/16.

Virginia Caetano do Amaral. Estr. Francusco da Cruz Nunes Qdr. 38 lote 17 - Itaipú - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1728. Referente ao processo N° 200/30/4790/16.

Maria Augusta da Silva Ribeiro Veiga. Rua F. Cidade Jardim Rua C 140 Qdr. D lote 02 – Baldeador - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1735 Referente ao processo N° 200090163/16.

Mario Matos Guimarães. Rua Indigena 117/102 - São Lourenço - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1740. Referente ao processo N° 200001582/17.

Bento Barata Ribeiro. Rua Candido Portinari S/N° lote 18 Qdr. H – Matapaca – Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1990. Referente ao processo N° 200/30/104/12. 200/03/474/10.

Georgina Flora da Silva Araujo. Rua Magnólia Brasil 105 - Fonseca - Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1993. Referente ao processo N° 200/30/7508/15.

Alberto Vidal de Freitas Carvalho. Rua Comendador Marcelo Queiroz S/N° Qdr. 02 lote 20 Matapaca Niterói RJ. Deixou de Receber o Auto de Infração N° 1991 Referente ao processo N° 200/6032/10.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atos do Presidente

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a contar de 17/07/2018 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Alice de Oliveira Lemos**, do cargo de Merendeiro matrícula 11235.245-8 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME nº906 /2018. Processo 210/4365/2018.

Exonerar, a pedido, a contar de 26/06/2018 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Rafaele Santos do Nascimento**, do cargo de Professor I, matrícula 11237.827-9 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME nº907/2018. Processo 210/3945/2018.

Readaptação – Deferido

Proc. 210/1818/2018 - Débora Jerônimo da Silva.

Licença Especial – Deferido

Proc. 210/2630/2018 - Edineia Maria Batista Ramos.

Proc. 210/2879/2018 - Telma Lucia de Mello Castro Fernandes.

Proc. 210/3256/2018 - Luciana Marins da Costa.

Proc. 210/3907/2018 - Isis Azevedo Damasceno.

Licença Especial – Indeferido

Proc. 210/2451/2018 - Adriana Ramos Morgado.

Proc. 210/3225/2018 - Wilson Nascimento Aguiar.

Proc. 210/3121/2018 - Paula da Costa Alemão Ferreira.

Proc. 210/3924/2018 - Adriana Cristina Rangel Antikeira.

Proc. 210/3787/2018 - Simone Regis Meier.

Licença Para Acompanhar Cônjuge – Deferido

Proc.210/3675/2018 - Gisele Neves Cabral.

Auxílio Natalidade – Deferido

Proc. 210/4111/2018 - Gabriela Rocha Freitas.

Proc. 210/4099/2018 - Luciana Alves de Almeida.

Proc. 210/4066/2018 - Laís Cordeiro Negrão.

Proc. 210/4253/2018 - Clissia Rodrigues Santos Farias.

Proc. 210/4252/2018 - Clissia Rodrigues Santos Farias.

Licença Sem Vencimentos – Indeferido

Proc. 210/3685/2018 - Adriana Brandão Aguiar.

Licença Com Vencimento Para Estudo – Deferido

Proc. 210/3687/2018 - Aimi Tanikawa de Oliveira

Permuta – Deferido

Proc. 210/2473/2018 - Cleidi Borges da Silveira.

Salário Maternidade – Deferido

Proc. 210/4160/2018 - Elisama Martins Costa.

Salário Família – Deferido

Proc. 210/4212/2018 - Simone Magalhães Rodrigues Marques.

Proc. 210/4110/2018 - Barbara Cristina Felismino dos Santos.

Proc. 210/4103/2018 - Geraldo Soares da Conceição.

Proc. 210/4281/2018 - Anderson de Souza Carvalho.

Abono de Permanência – Deferido

Proc. 210/3570/2018 - Letícia Raymundo Carvalho Tinoco.

Insalubridade – Deferido

Proc. 210/3756/2018 - Venino Carlos da Silva.

Cancelamento de Permuta – Deferido

Proc. 210/4025/2018 - Ana Paula Soares Botelho de Andrade.

Proc.0210/4340/2018 – Simone dos Santos Carolo.

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do CEC da E.M. Santos Dumont, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 8º. Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca professores, pais de alunos, alunos maiores e servidores lotados na U.E., bem como quaisquer membros da comunidade interessados em prestar serviço à referida escola, ou acompanhar o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, para participarem da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Escola Comunidade a ser realizada, na sede da Unidade Escolar, localizada na Rua Manoel Correa, s/nº - Fátima – Niterói - RJ, no dia 01 de agosto de 2018, às 11h, para discussão e deliberação sobre os seguintes assuntos:

- Leitura e aprovação do novo Estatuto do CEC;
- Assuntos Gerais.

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do CEC da UMEI Hilka de Araujo Peçanha, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 8º. Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca professores, pais de alunos e servidores lotados na UMEI, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Escola Comunidade a ser realizada, na sede da Unidade Escolar, localizada na Rua Itaguaí, nº 148 – Pé Pequeno – Niterói - RJ, no dia 31 de julho de 2018, às 09h, para discussão e deliberação sobre os seguintes assuntos:

- Adendos no Estatuto do CEC da UMEI Hilka de Araujo Peçanha.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Atos do Presidente

PORT. Nº. 303/2018 – Designar a contar de **02/07/2018, WAGNER DA SILVA OLIVEIRA**

para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 9. – Presidente da Emusa**

PORTARIA Nº. 275/2018 - Designar o arquiteto Marcelo Ferreira Pinheiro (**Mat. 1460**) e o engenheiro Joaquim Pereira Filho (**Mat. 0234**), para exercerem em nome da **EMUSA**, fiscalização dos seguintes serviços: **“OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE IGREJINHA, NO BAIRRO CARAMUJO”, NO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ** referente ao **CONTRATO nº. 051/2018 (Processo ADM. Nº. 180000468/2018)** - Presidente da EMUSA.

PORTARIA Nº. 288/2018, de 13 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: Prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Administrativo para apuração de fatos referentes a atos apontados em Auditoria Governamental.

O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE MORÁDIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO - EMUSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a instauração de Procedimento Administrativo, com a nomeação de Comissão, através da Portaria nº 024/2018, de 26 de fevereiro de 2018, para apuração dos fatos referentes a atos apontados em Auditoria Governamental;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado através do processo administrativo, em que a Comissão, solicitou a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 024/2018, de 15 de maio de 2018, para apuração dos fatos apontados.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 02 ao contrato nº 26/2017; PARTES: EMUSA e LCD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – EPP; OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração no valor inicial do contrato, conforme solicitação contida no **processo nº 510003335/2017**; VALOR: Fica o valor contratual acrescido em R\$538.416,77 (quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos), correspondendo a 42,06% do valor do contrato; RECURSOS: correrão à

conta do PT: 1051.15.451.0010.4005 ND: 4.4.90.51.00 FT: 108; FUNDAMENTO: art. 58, I, C/C art. 65, I, "b" e seu paragrafo 1º, parte final, todos da Lei nº 8666/93; DATA: 20/07/2018. – Presidente da EMUSA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA**, CNPJ: **32.104.465/0001-89**, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. **250/000471/2018**, a Licença Ambiental Municipal de Instalação **LAM-I Nº. 28/2018**, com validade de 17 de julho de 2018 até 17 de julho de 2021.